



# MASTER PLAN



## AGENDA PRIORITÁRIA

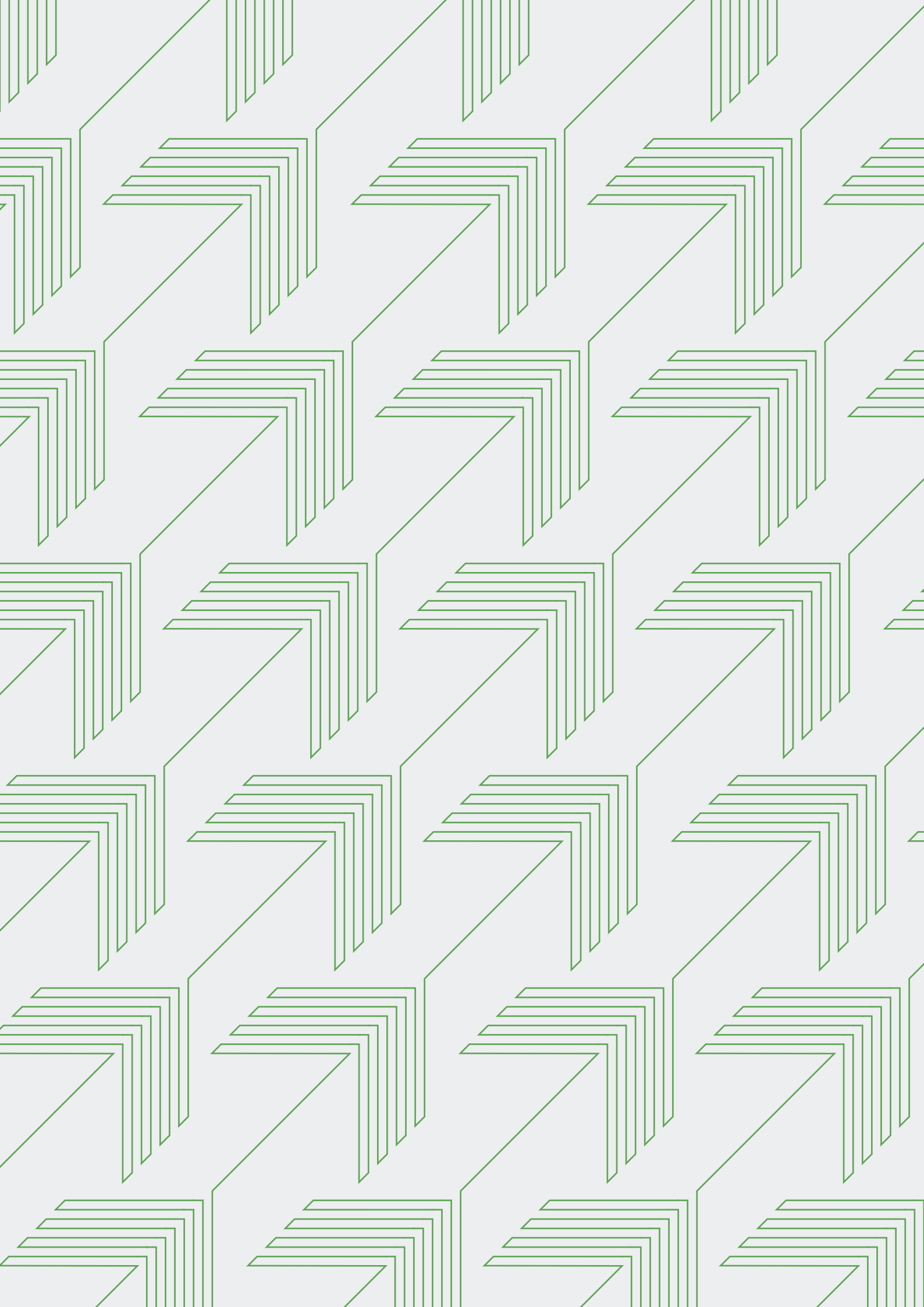
---

SEGURANÇA PÚBLICA

SISTEMA

**FIEC**

OBSERVATÓRIO  
DA INDÚSTRIA



# MASTER PLAN

## » INTRODUÇÃO

As ações vinculadas à temática de Segurança Pública foram compiladas a partir das ações priorizadas como de elevada relevância para o Estado do Ceará em um horizonte de curto prazo (2018/2019). Dessa forma, as ações foram divididas em cinco dimensões de análise: Segurança e Defesa Social; Governança; Prevenção; Sistema Prisional; e Sistema Socioeducativo. Cada ação foi articulada levando em consideração o que se pretende alcançar, oportunidades e desafios que podem estar associados, bem como um breve levantamento de possíveis atores que devem estar engajados em sua realização.

## » VISÃO DE FUTURO

Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência.

## » VETORES DE TRANSFORMAÇÃO

Os Vetores de Transformação representam diretivas transversais que impactam de forma determinantes na Segurança Pública. Os vetores que emergiram nos debates da Rota Estratégica de Segurança Pública se agruparam em torno de: Ações Integradas; Engajamento da População; Garantia de Direitos; e Cultura de Paz. De forma detalhadas, os Vetores de Transformação são:

- » Promoção de ações integradas
- » Estímulo ao engajamento da população
- » Diminuição das desigualdades sociais
- » Garantia dos direitos de todos os cidadãos
- » Reinserção social efetiva
- » Construção coletiva de uma governança para a segurança pública
- » Continuidade e efetividade de políticas públicas
- » Investimento na educação básica
- » Enfrentamento ao tráfico de drogas
- » Controle e monitoramento do acesso às armas
- » Investimento em inteligência para segurança pública
- » Valorização dos profissionais de segurança pública
- » Modernização de processos
- » Aplicação de novas tecnologias
- » Renovação da infraestrutura
- » Capacitação contínua dos profissionais de segurança pública
- » Articulação interinstitucional
- » Integração de equipamentos sociais como sistema de apoio para a segurança social

## » AGENDA PRIORITÁRIA

As 397 ações propostas no roadmap da Rota Estratégica de Segurança Pública, foram priorizadas por um grupo de especialistas, avaliando-as por suas respectivas relevâncias e horizonte de exequibilidade. Para tanto, os especialistas utilizaram uma escala Likert variando de 0-10 em relação à relevância da ação e classificando-a entre curto, médio e longo prazo. No que tange à agenda prioritária, optou-se por dar enfoque às ações em um horizonte de curto prazo. Contemplou-se, assim, 230 ações de curto prazo, das quais foram inicialmente selecionadas 70 ações utilizando erro amostral de 10% associado a um intervalo de confiança de 95%. A fim de adquirir um nível de padronização e buscando minimizar possíveis vieses, optou-se por ampliar para 75 ações contempladas, totalizando 15 ações para cada uma das cinco dimensões de análise: Segurança e Defesa Social, Governança, Prevenção, Sistema Prisional, e Sistema Socioeducativo. As ações classificadas como mais relevantes de cada dimensão foram escolhidas utilizando como critério a ferramenta estatística de "Ranking Médio", a qual consiste em calcular médias das notas das ações em relação à relevância e factibilidade atribuídas. Desse modo, as 15 ações prioritárias para cada dimensão do Projeto Masterplan de Segurança Pública serão apresentadas com suas respectivas diretrizes (desafio/oportunidade, o que se pretende alcançar e principais atores envolvidos) a seguir.

**TEMA:**  
**SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL**

<b>Fortalecimento do Fórum Popular de Segurança Pública para articulação e discussão permanente da política estadual de segurança pública e da política de desenvolvimento econômico e social do estado</b>		
<b>Diretrizes</b>		
<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» O Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará (FPSP Ceará) tem em seu escopo ser um espaço de debate, monitoramento, denúncia e formulação de proposições no campo das políticas públicas de segurança, sendo, portanto, a entidade mais potencializadora da articulação entre as entidades vinculadas à Segurança Pública.</p> <p>» Devido à discrepância da natureza das atividades desenvolvidas entre os atores vinculados à Segurança Pública, observa-se uma dificuldade em fortalecer uma articulação alinhada com os pilares do FPSP Ceará: promoção e respeito aos direitos humanos, defesa da democracia e fortalecimento da participação popular.</p> <p>» Oportunidade de fortalecer o vínculo entre as instituições policiais e outros atores sociais, como a Academia e as Organizações Não-Governamentais.</p>	<p>» Fortalecimento do Fórum Popular de Segurança Pública.</p> <p>» Planejamento de iniciativas que visem o desenvolvimento socioeconômico do estado.</p> <p>» Alinhamento das atividades dos atores vinculados à Segurança Pública com os pilares do Fórum Popular de Segurança Pública.</p>	<p>» Polícia Militar do Ceará – PMCE</p> <p>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Universidade Estadual do Ceará – UECE</p> <p>» Organizações Não Governamentais vinculadas à Educação, aos Direitos Humanos e à Segurança Pública.</p>

Capacitação de policiais em mediação de conflitos e justiça juvenil restaurativa		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» Em 2017, a Célula de Mediação Social e Cultura de Paz, realizou uma formação em Mediação de Conflitos e Círculos de Paz. O curso foi direcionado aos técnicos da Célula de Mediação Social das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede) e Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor), objetivando o fortalecimento das ações voltadas para a cultura de paz e a mediação de conflitos no contexto escolar, visando o diálogo e a escuta ativa na resolução e enfrentamentos dos conflitos. Algo similar poderia ser realizado com foco nas demandas cotidianamente vivenciadas pelos profissionais que atuam diretamente com a Segurança Pública.</p> <p>» Um desafio, porém, seria a adesão de muitos policiais em uma iniciativa que inicialmente possa não ser vista de forma muito resolutiva por aqueles que apresentam um posicionamento mais ostensivo na Segurança Pública.</p>	<p>» Abordagens policiais mais pautadas em promoção dos direitos humanos e com menor percentual de equívocos com caráter de letalidade.</p> <p>» Diminuição do encarceramento com maior adesão a penas alternativas.</p>	<p>» Polícia Militar do Ceará – PMCE</p> <p>» Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMPCE</p> <p>» Célula de Mediação Social e Cultura de Paz</p> <p>» Coordenadoria de Mediação Social, Justiça Restaurativa e Cultura de Paz</p>

Promoção e fortalecimento dos equipamentos públicos para atendimento às vítimas de violência		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Diversos aplicativos que contribuem para a diversificação de meios de denúncia da violência contra a mulher vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos, porém apenas uma diminuta parcela da população apresenta ciência desses dispositivos, não alcançando a total potencialidade dessas ferramentas. De forma análoga, a divulgação de meios de denúncia violência em geral se torna uma potente ferramenta no fortalecimento de equipamentos públicos que possam auxiliar no atendimento de vítimas de violência.</li> <li>» Mapeamento de equipamentos públicos que possam prover atendimento às vítimas de violência, fortalecendo a atuação desses por meio de publicização e promovendo uma maior acessibilidade aos dispositivos.</li> <li>» Diagnóstico de distribuição de subsídios para os equipamentos públicos envolvidos no atendimento das vítimas de violência, a fim de avaliar se eles possuem os recursos necessários para suas atividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Fortalecimento dos equipamentos públicos para atendimento das vítimas de violência.</li> <li>» Adequada distribuição de recursos aos equipamentos públicos envolvidos no atendimento das vítimas de violência com base no diagnóstico de distribuição de subsídios.</li> <li>» Diminuição do número de vítimas de violência em situação de vulnerabilidade e exposição à violência por não possuírem assistência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Grupo de Apoio de Vítimas de Violência – GAVV</li> <li>» Núcleo de Ação pela Paz – NAPA</li> <li>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</li> <li>» Líderes Comunitários</li> <li>» Escolas estaduais e municipais como espaços comunitários de escuta</li> <li>» Associações de Moradores</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Universidade Estadual do Ceará – UECE</li> </ul>

**Promoção e fortalecimento dos equipamentos públicos para atendimento às vítimas de violência**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» Diversos aplicativos que contribuem para a diversificação de meios de denúncia da violência contra a mulher vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos, porém apenas uma diminuta parcela da população apresenta ciência desses dispositivos, não alcançando a total potencialidade dessas ferramentas. De forma análoga, a divulgação de meios de denúncia violência em geral se torna uma potente ferramenta no fortalecimento de equipamentos públicos que possam auxiliar no atendimento de vítimas de violência.</p> <p>» Mapeamento de equipamentos públicos que possam prover atendimento às vítimas de violência, fortalecendo a atuação desses por meio de publicização e promovendo uma maior acessibilidade aos dispositivos.</p> <p>» Diagnóstico de distribuição de subsídios para os equipamentos públicos envolvidos no atendimento das vítimas de violência, a fim de avaliar se eles possuem os recursos necessários para suas atividades.</p>	<p>» Fortalecimento dos equipamentos públicos para atendimento das vítimas de violência.</p> <p>» Adequada distribuição de recursos aos equipamentos públicos envolvidos no atendimento das vítimas de violência com base no diagnóstico de distribuição de subsídios.</p> <p>» Diminuição do número de vítimas de violência em situação de vulnerabilidade e exposição à violência por não possuírem assistência.</p>	<p>» Grupo de Apoio de Vítimas de Violência – GAVV</p> <p>» Núcleo de Ação pela Paz – NAPA</p> <p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p> <p>» Líderes Comunitários</p> <p>» Escolas estaduais e municipais como espaços comunitários de escuta</p> <p>» Associações de Moradores</p> <p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Universidade Estadual do Ceará – UECE</p>



## Modernização do modelo de atuação das polícias, centrado na garantia e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e na relação com a comunidade

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» No modelo tradicional de policiamento, a atuação ostensiva com uso da força se apresenta como um recurso interventivo muito difundido ao longo da formação policial, o que desgasta o vínculo das polícias com a comunidade, prejudicando, inclusive, a efetividade de intervenções policiais em territórios com elevada criminalidade.</p> <p>» Um outro modelo de policiamento tem se mostrado mais eficiente, como no caso da cidade de Medellín. Apesar de uma atuação ostensiva ainda ser um recurso em situações de elevada letalidade, quando em confronto com o crime organizado, a polícia apresenta um modelo centrado na garantia e efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos e na interação com a comunidade, estabelecendo a mediação e a negociação como ferramenta de resolução de problemas. Em suma, o modelo que se apresenta sustentável a longo prazo e com alto impacto na resolutibilidade da criminalidade, pauta-se em uma polícia centrada na garantia e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e na relação com a comunidade, porém altamente preparada para a eventual utilização da força e do seu potencial ostensivo. e para a decisão de usá-la.</p>	<p>» Formulação de políticas públicas que privilegiem investimentos na qualificação, na modernização e nas mudanças estruturais e culturais adequadas na formação policial.</p> <p>» Espaços comunitários de escuta entre policiais e comunidade com o propósito de permitir o intercâmbio de informações.</p> <p>» Implementação e ampliação de uma atuação policial centrada na garantia de direitos e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e na relação com a comunidade.</p>	<p>» Núcleo de Ação pela Paz – NAPAZ</p> <p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p> <p>» Líderes Comunitários</p> <p>» Escolas estaduais e municipais como espaços comunitários de escuta</p> <p>» Associações de Moradores</p> <p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Universidade Estadual do Ceará – UECE</p> <p>» Centro de Inteligência da Polícia Federal</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - Aesp/CE</p> <p>» Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMPCE</p> <p>» Célula de Mediação Social e Cultura de Paz</p> <p>» Coordenadoria de Mediação Social, Justiça Restaurativa e Cultura de Paz</p>

**Redução do tempo-resposta de chegada ao local do crime**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» Um grande desafio para a redução do tempo de intervenção policial é a mobilidade do crime que permite que a fuga do local do crime se torne muito mais facilitada, tornando difícil uma resposta que consiga contornar esse fator complicador.</p> <p>» Ceará está em processo de implementação do Centro de Inteligência da Polícia Federal e conta ainda o Projeto SPIA – Sistema Policial Indicativo de Abordagem, o qual já está em processo de expansão para todo o Nordeste. A atuação do SPIA consiste em utilizar sensores espalhados por vias públicas do Estado para auxiliar na localização e recuperação de veículos roubados ou furtados; atualmente, ele faz parte de uma rede interestadual estratégica, que coleta e compartilha informações importantes para a segurança pública. O projeto foi iniciado em 2017 e contribuiu para uma redução de 33,5% dos índices de crimes violentos contra o patrimônio e de 30,9% em roubos de veículos apenas em 2018.</p>	<p>» Crescimento da Indústria de Segurança e Defesa do Ceará como um polo de inovação em inteligência e tecnologia policial.</p> <p>» Redução da criminalidade devido à alta resolutibilidade alcançada pelo sistema de segurança pública e defesa social do Ceará.</p>	<p>» Polícia Militar do Ceará – PMCE</p> <p>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP</p>

Aprimoramento do atendimento policial em casos de violência doméstica		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» O Ceará apresenta um expressivo contingente de vítimas de violência doméstica, registrando mais de 10 mil denúncias apenas nos seis primeiros meses de 2018.</li> <li>» O Programa Ronda Maria da Penha apresenta um alcance de mais de 500 vítimas de violência doméstica no que tange ao acompanhamento qualificado. Apesar de contemplar 35 bairros em Fortaleza, 37 bairros em Sobral e 10 bairros em Juazeiro do Norte, ainda é um projeto que precisa ser aprimorado e ampliado.</li> <li>» A implementação de uma maior quantidade de Unidades Integradas de Segurança – UNISEGs, permitirá que o tempo de resposta para o atendimento das vítimas seja reduzido e que elas possam contar com o apoio do Grupo de Apoio às Vítimas de Violência (GAVV) da Polícia Militar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Diminuição das subnotificações, pois mais mulheres sentem que terão amparo ao denunciarem a violência sofrida.</li> <li>» Diminuição dos índices de violência doméstica, pois mais mulheres denunciam por sentirem que terão o suporte necessário e os agressores ficam mais receosos de cometerem o crime.</li> <li>» Reconhecimento social mais visível da polícia, fortalecendo vínculos com a comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza</li> <li>» Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público</li> <li>» Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza (DDM-F)</li> <li>» Instituto Maria da Penha – IMP</li> <li>» Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Ceará</li> <li>» Observatório de Violência Contra a Mulher – OBSERVEM</li> <li>» Universidade Estadual do Ceará (UECE)</li> <li>» Grupo de Apoio de Vítimas de Violência – GAVV</li> <li>» Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS</li> <li>» Centro de Referência de Assistência Social – CRAS</li> <li>» Núcleo de Ação pela Paz – NAPA</li> <li>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</li> </ul>

**Intensificação do uso da inteligência e informação no modelo de atuação das polícias**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» O crime se mostra com uma complexidade crescente com o passar dos anos e sua ramificação, organização e atuação transgressora frente às leis, torna a atividade de resposta policial limitada para solucionar a problemática, tendo em vista a diretiva do cumprimento das normas legais. Visto isso, dados e informações coletadas, como as possibilitadas pelo Sistema Policial Indicativo de Abordagem - SPIA, permitem identificar e compreender as características, a estrutura organizacional, os meios de captação de recursos e financiamento do crime, bem como seu modus operandi.</p> <p>» A formação policial não foi majoritariamente orientada pela utilização da inteligência policial como guia para sua atuação. Necessita-se que os agentes de segurança recebam um treinamento adequado a essa metodologia, potencializando o modelo de atuação policial.</p>	<p>» Planejamento de ações de prevenção primária e secundária.</p> <p>» Subsídios de análises prospectivas em nível estratégico.</p> <p>» Detecção estratégica e interrupção de atividade criminosa, por meio de conhecimento e técnicas especializadas, aplicadas a investigações.</p> <p>» Diminuição da criminalidade.</p> <p>» Modificação do modelo de atuação policial, permitindo uma ampla implementação do policiamento orientado para o problema guiado pelo uso da inteligência e informação.</p>	<p>» Polícia Militar do Ceará – PMCE</p> <p>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Universidade Estadual do Ceará - UECE</p> <p>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP</p> <p>» Centro de Inteligência da Polícia Federal</p>

<b>Aprimoramento da prestação dos serviços para as vítimas de violência contra a mulher</b>		
<b>Diretrizes</b>		
<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» Devido à condução ostensiva de algumas atuações policiais em territórios com elevada criminalidade, observa-se que existe um tensionamento entre a relação de algumas comunidades mais vulneráveis com os agentes de segurança, dificultando a quebra de uma estigmatização. Esse processo leva a um ideário popular de que os serviços de prestados a vítimas de violência podem não ser os mais adequados.</p> <p>» Altos índices de violência contra a mulher, incluindo feminicídio, são indícios de que muitas mulheres enfrentam um contexto de intensa vulnerabilização, impossibilitando-as de acessar aos serviços disponíveis de forma segura.</p> <p>» O fortalecimento de uma rede de assistência social alinhada com serviços policiais permitiria uma maior segurança para que denúncias fossem feitas e que medidas protetivas apresentassem uma maior eficácia.</p> <p>»</p>	<p>» Fortalecimento do protocolo de acolhimento das mulheres vítimas de violência.</p> <p>» Maiores números de denúncias devido ao suporte social e policial disponibilizado à vítima.</p>	<p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS</p> <p>» Centro de Referência de Assistência Social – CRAS</p> <p>» Núcleo de Ação pela Paz – NAPAZ</p> <p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p> <p>» Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher</p> <p>» Grupo de Apoio de Vítimas de Violência – GAVV</p> <p>» Polícia Militar do Ceará – PMCE</p> <p>» Equipe Ronda Maria da Penha</p>

Treinamento dos agentes de segurança para policiamento comunitário		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» O policiamento comunitário, considerado de forma integrada, mostra-se como um dispositivo relevante na promoção da aproximação entre polícia e população em contextos conflituosos, fundamental para promover uma política de redução de violência, como afirma o Atlas da Violência (2017).</li> <li>» Diferentes territórios apresentam contextos conflituosos específicos que devem ser levados em consideração de forma mais personalizada para que os treinamentos possam se adequar dependendo do território de atuação dos agentes de segurança.</li> <li>» A carga laboral de agentes de segurança é, por vezes, intensa, dificultando a disponibilidade de horários para cursos presenciais. Visto isso, cursos a distância podem ser uma alternativa que proporcione um maior alcance de treinamentos aos agentes de segurança.</li> <li>» Construção de plataforma online de cursos à distância, integrando fóruns virtuais de debate, vídeo aulas, dentre outras ferramentas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Fortalecimento do vínculo com a comunidade por meio do policiamento comunitário.</li> <li>» Criação de um canal de diálogo menos tensionado entre os órgãos envolvidos no policiamento local e a população.</li> <li>» Implementação efetiva de ações de controle da criminalidade.</li> <li>» Adesão de todos os agentes de segurança ao treinamento para o policiamento comunitário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</li> <li>» Líderes Comunitários</li> <li>» Escolas estaduais e municipais</li> <li>» Associações de Moradores</li> <li>» Núcleo de Ação pela Paz – NAPA Z</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Universidade Estadual do Ceará - UECE</li> </ul>

Nomeação e alocação de policiais civis em número suficiente para sustentar a implementação das Unidades Integradas de Segurança (UNISEGs)		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Contextos territoriais diferenciados apresentam demandas distintas e, por sua vez, equipes com características específicas. Visto isso, torna-se necessário realização de um diagnóstico detalhado das potencialidades e dificuldades de cada território no que tange à implementação das Unidades Integradas de Segurança (UNISEG).</li> <li>» Desenvolvimento de plataforma online que vise à automatização do processo de registro de dificuldades e potencialidades de cada território e UNISEG, facilitando o diagnóstico periódico e a implementação de protocolos formais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Periodicidade de diagnósticos de potencialidades e dificuldades de cada UNISEG com base no território.</li> <li>» Protocolo de alocação de policiais civis de acordo com o diagnóstico de potencialidades e dificuldades de cada UNISEG.</li> <li>» Protocolo de realocação em casos que houver necessidade de um contingente maior de policiais civis em uma determinada UNISEG, tomando como base, para tanto, o diagnóstico de potencialidades e dificuldades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Polícia Militar do Ceará – PMCE</li> <li>» Unidades Integradas de Segurança - UNISEGs</li> <li>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP</li> <li>» Centro de Inteligência da Polícia Federal</li> </ul>

**Fortalecimento do Grupo de Intervenções Estratégicas (GIE) focado em enfrentamento criminal por meio da ação rápida na prisão e condenação dos criminosos e apreensão eficiente de armas e drogas**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» Dada à natureza das atividades do Grupo de Intervenções Estratégicas (GIE), repreensão do crime por meio da ação rápida tanto na prisão quanto na condenação, bem como apreensão constante e eficiente de armas e drogas, a equipe apresenta um alto nível de exposição e vulnerabilidade à retaliação caso não possua um suporte e um equipamento pautado na modernização e qualidade.</p> <p>» Integração Operacional entre entes federados, entre municípios, bem como entre órgãos de segurança pública e defesa social dentro dos municípios, visando potencializar os processos investigativos, os quais proveria o GIE de informações estratégicas para sua atuação.</p>	<p>» Fortalecimento da Indústria de Defesa e Segurança, produção de veículos e equipamentos qualificados.</p> <p>» Diminuição do fluxo de armas ilegais em circulação.</p> <p>» Diminuição do comércio ilegal de drogas.</p> <p>» Integração Operacional entre entes federados, entre municípios, bem como entre órgãos de segurança pública e defesa social dentro dos municípios.</p>	<p>» Grupo de Intervenções Estratégicas – GIE</p> <p>» Polícia Militar do Ceará – PMCE</p> <p>» Unidades Integradas de Segurança - UNISEGs</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP</p> <p>» Centro de Inteligência da Polícia Federal</p>



Elaboração de planos específicos de patrulhamento policial das áreas de risco		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Mapeamento de hotspots e harmspots de forma sobreposta, auxiliando de forma estratégica na identificação de áreas prioritárias.</li> <li>» Em julho de 2018, apenas o território de Fortaleza contava com 1.403 equipamentos de videomonitoramento em vias públicas, quantidade prevista para alcançar 2.543 dispositivos até o final de 2018. No interior do estado a expansão do videomonitoramento dos municípios está em andamento, permitindo maior visibilidade das vias públicas, aspecto necessário para patrulhamento, planejamento estratégico e atuação policial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Crescimento da Indústria de Segurança e Defesa do Ceará como um polo de inovação em inteligência e tecnologia policial, bem como geração de emprego tanto na produção e manutenção dos equipamentos de videomonitoramento quanto na análise do videomonitoramento para a inteligência policial.</li> <li>» Redução da criminalidade devido à alta resolutibilidade alcançada pelo sistema de segurança pública e defesa social do Ceará.</li> <li>» Elaboração de planos estratégicos de patrulhamento e atuação policial em territórios de risco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Polícia Militar do Ceará – PMCE</li> <li>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</li> <li>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP</li> </ul>

Intensificação das patrulhas em hotspots (pontos de concentração do crime)		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Devido à mobilidade do crime, um hotspot pode mudar de localização, prejudicando a atuação policial caso esta não se mantenha em constante atualização.</li> <li>» Mapeamento dos hotspots em cada município de forma periódica para que a polícia possa ter sua atuação focalizada de forma atualizada e eficiente.</li> <li>» Muitos pontos que não apresentam a presença visível do Estado podem ser vistos como pontos vulneráveis e, por isso, propícios para o estabelecimento de focos criminais frente à mobilidade do crime.</li> <li>» Ramificação do patrulhamento mesmo em ambientes que não sejam em dado momento um hotspot, visando uma atuação preventiva no patrulhamento.</li> <li>» Uma oportunidade de alinhar o patrulhamento em pontos de concentração criminal com uma atuação policial orientada à solução de problemas, buscando identificar o problema, avaliar as causas principais e responder com ações criativas, avaliando o impacto com o apoio da comunidade.</li> <li>» Ceará está em processo de implementação do Centro de Inteligência da Polícia Federal e conta ainda o Projeto SPIA – Sistema Policial Indicativo de Abordagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Diminuição da criminalidade em territórios considerados pontos de concentração criminal.</li> <li>» Interrupção do processo de ramificação da criminalidade por meio da mobilidade do crime.</li> <li>» Periodicidade no diagnóstico territorial dos pontos de concentração criminal.</li> <li>» Implementação do policiamento orientado para o problema.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Polícia Militar do Ceará – PMCE</li> <li>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</li> <li>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP</li> <li>» Centro de Inteligência da Polícia Federal</li> </ul>

## Aplicação do conceito de tríplex-hélice (Academia - Indústria - Governo) na busca de soluções inovadoras em segurança pública

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, apenas em 2014, o Complexo da Defesa e da Segurança no Brasil foi responsável por 3,7% do PIB do Brasil, em torno de 202 bilhões de reais. Observa-se, assim, que a Indústria de Defesa e Segurança representa um campo econômico fértil para investimentos e capaz de gerar soluções inovadoras em segurança pública, bem como desenvolvimento econômico para o País.</p> <p>» O Ceará apresenta uma inovadora ferramenta que se utiliza de Big Data para integrar diferentes informações estratégicas e analisá-las em tempo real e de forma integrada. Essa tecnologia se mostra com um amplo potencial de expansão, inclusive nacionalmente, além de alta capacidade de prover a Inteligência Policial com as informações necessárias para sua atuação.</p> <p>» A Indústria de Defesa e Segurança no Brasil apresenta um enorme potencial de expansão, tanto no que concerne a armamentos quanto à material de proteção para os agentes de segurança.</p>	<p>» Ceará como referência e inovação e tecnologia por meio da aplicação da tríplex-hélice (Academia-Indústria-Governo) no que tange à Segurança Pública.</p> <p>» Desenvolvimento econômico regional com base na expansão da Indústria de Defesa e Segurança por meio da tecnologia e inovação.</p> <p>» Alto nível de resolutibilidade de investigações.</p> <p>» Atuação policial pautada no uso de soluções inovadoras e não focadas no confronto direto e ostensivo.</p>	<p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Universidade Estadual do Ceará – UECE</p> <p>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP</p> <p>» Ministério da Defesa</p> <p>» Mobilização pela Inovação Industrial M2I - Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC</p> <p>» Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança</p> <p>» Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Ceará - SIMEC</p> <p>» Empresas e investidores da indústria de segurança e defesa</p>

Estabelecimento de ações específicas para combate à interiorização do crime		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» De acordo com o Mapa da Violência (2014), a violência, um fenômeno considerado, durante décadas, delimitado apenas às áreas metropolitanas, sofreu um processo de interiorização do crime ao adotar uma nova dinâmica espacial.</p> <p>» Apesar de se iniciar um crescimento dos índices de criminalidade em municípios no interior do Ceará, ainda não se observa a mesma configuração que em áreas metropolitanas, correspondendo à possibilidade de um melhor controle do crime.</p> <p>» Por meio do Pacto por um Ceará Pacífico, a cidade da Sobral teve a implementação da primeira Unidade Integrada de Segurança (UNISEG) no interior do estado, assim como as implementadas em Fortaleza. O impacto da iniciativa foi positivo, apresentando uma redução de 57,14% no número de homicídios registrados no terceiro bimestre de 2018.</p>	<p>» Interrupção do processo de interiorização do crime.</p> <p>» Redução do número de homicídios nos municípios no interior do estado do Ceará.</p> <p>» Implementação de Unidades Integradas de Segurança em todos os municípios do estado do Ceará.</p>	<p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Secretaria de Justiça e Cidadania - SEJUS</p>

## Consolidação de um formato de Governança para segurança pública resultante de um processo participativo de construção.

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Em 2014 ocorreu a elaboração do Referencial Básico de Governança do</li> <li>» Governo Federal e o primeiro levantamento sobre Governança em Segurança Pública. Ambos se apresentam como documento norteadores e basais na consolidação de um formato de Governança para a Segurança Pública no Ceará.</li> <li>» Articulação entre todos os envolvidos na temática de Segurança Pública, mesmo que de forma tangencial, em prol da prevalência de uma visão de futuro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Consolidação de uma articulação e integração entre atores que possibilite um equilíbrio de poderes e responsabilidades entre os envolvidos, sejam estes governantes, gestores, servidores, ou sociedade civil organizada, de forma que prevaleça um bem comum e uma visão de futuro para a Segurança Pública no Ceará.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Tribunal de Contas da União</li> <li>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</li> <li>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</li> <li>» Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC</li> <li>» Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – SECULT</li> <li>» Governo do Estado</li> <li>» Universidade Federal do Ceará - UFC</li> <li>» Universidade Estadual do Ceará - UECE</li> <li>» Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC</li> </ul>

**TEMA:  
GOVERNANÇA**

<b>Consolidação de um formato de Governança para segurança pública resultante de um processo participativo de construção.</b>		
<b>Diretrizes</b>		
<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Em 2014 ocorreu a elaboração do Referencial Básico de Governança do</li> <li>» Governo Federal e o primeiro levantamento sobre Governança em Segurança Pública. Ambos se apresentam como documento norteadores e basais na consolidação de um formato de Governança para a Segurança Pública no Ceará.</li> <li>» Articulação entre todos os envolvidos na temática de Segurança Pública, mesmo que de forma tangencial, em prol da prevalência de uma visão de futuro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Consolidação de uma articulação e integração entre atores que possibilite um equilíbrio de poderes e responsabilidades entre os envolvidos, sejam estes governantes, gestores, servidores, ou sociedade civil organizada, de forma que prevaleça um bem comum e uma visão de futuro para a Segurança Pública no Ceará.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Tribunal de Contas da União</li> <li>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</li> <li>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</li> <li>» Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC</li> <li>» Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – SECULT</li> <li>» Governo do Estado</li> <li>» Universidade Federal do Ceará - UFC</li> <li>» Universidade Estadual do Ceará - UECE</li> <li>» Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC</li> </ul>

Articulação e pactuação política entre o governo e os vários atores sociais em torno da paz social, com base em ações preventivas focalizadas		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» A existência do Pacto por um Ceará Pacífico já se apresenta enquanto um marco norteador de toda e qualquer prática formalmente firmada em prol da Segurança Pública. Assim, os documentos produzidos como fruto do programa Ceará Pacífico representam um terreno comum possível para a formal corresponsabilização entre os vários atores sociais vinculados à Segurança Pública.</p> <p>» Devido ao Pacto, as estratégias implementadas através de uma articulação apresentam antecedentes que permitem intervenções alinhadas, mais efetivas e focalizadas.</p>	<p>» Redução de homicídios.</p> <p>» Implementação de ações preventivas à violência.</p> <p>» Promoção da paz social por meio de pactuação formal.</p> <p>» Articulação entre o governo e os vários atores sociais em torno da paz social, com base em ações preventivas focalizadas.</p>	<p>» Polícia Militar</p> <p>» Polícia Civil</p> <p>» Vice-Governadoria</p> <p>» Núcleo de Ação pela Paz - NAPA</p> <p>» Ministério Público</p> <p>» Líderes Comunitários</p>

**Promoção da integração operacional entre os entes federados no combate ao crime organizado**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» A criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) contribui no fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da violência, com ênfase para os grupos vulneráveis. Ademais, a política estabelecida pela União apresenta potencial de continuidade, prevista para um horizonte de dez anos. A integração operacional entre os entes irá necessitar do estabelecimento de políticas estaduais específicas com base nas diretrizes do PNSPDS a fim de que se consolide de forma efetiva. Um exemplo é a criação de uma unidade de registro de ocorrência policial, bem como de procedimentos padronizados de apuração e uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos.</p>	<p>» Eficiência na prevenção e no controle das infrações penais.</p> <p>» Implementação de uma das diretrizes fundantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).</p> <p>» Integração operacional entre os entes federados em prol da redução da criminalidade vinculada ao crime organizado.</p>	<p>» Polícia Civil</p> <p>» Polícia Militar</p> <p>» Polícia Federal</p> <p>» Guarda Municipal</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Ceará – CBMCE</p> <p>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</p> <p>» Ministério Extraordinário da Segurança Pública</p> <p>» Agentes Penitenciários</p>



Mobilização das comunidades sobre os programas de prevenção do estado		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» O governo estadual e municipal já dispõe de várias iniciativas voltadas para ações preventivas, como é o caso de ações direcionadas à saúde e epidemiologias, utilizando-se da mobilização social em prol dessas ações. Por exemplo, a iniciativa "Todos contra a Dengue" contou com mobilização social e até a criação de aplicativos que contribuíram para fiscalizar focos de dengue. Algo semelhante poderia ser empregado na temática de segurança pública.</p> <p>» Dispor de equipe para realizar as ações de educação em prevenção de violência, promoção da cultura de paz e mobilização.</p>	<p>» Criação de um Comitê Municipal de Mobilização Social.</p> <p>» Implantação de ações educativas na rede de ensino.</p> <p>» Participação da população na fiscalização das ações executadas e mudanças de práticas para manter a boa convivência e a segurança social.</p> <p>»</p> <p>» Constrangimento do cometimento de crimes, devido à fiscalização comunitária.</p>	<p>» Líderes Comunitários</p> <p>» Escolas municipais e estaduais</p> <p>» Núcleo de Ação pela Paz - NAPAZ</p> <p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p> <p>» Universidade Federal do Ceará - UFC</p>

**Monitoramento e avaliação contínua da Rota Estratégica de Segurança Pública para o estado do Ceará**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Delimitação bem estabelecida dos indicadores a serem mensurados continuamente.</li> <li>» Fortalecimento do vínculo com as instituições parceiras para exequibilidade do monitoramento contínuo dos indicadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Acompanhamento de indicadores que buscam identificar nível de engajamento entre os atores sociais envolvidos na política de Segurança Pública.</li> <li>» Avaliação autônoma dos indicadores governamentais, para efeitos comparativos e com o intuito de promover uma avaliação complementar e um aprimoramento mais rigoroso das ações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Vice-Governadoria (Programa Ceará Pacífico)</li> <li>» Sistema FIEC</li> <li>» Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará</li> </ul>

Criação do Plano Estadual de Vigilância Comunitária por territórios priorizados		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Identificação de quais territórios se apresentam como prioritários para intervenções na temática de segurança pública.</li> <li>» Diagnóstico situacional com dados tanto acerca da criminalidade quanto aspectos sociodemográficos das comunidades.</li> <li>» Dispor de equipe para realizar as ações propostas pelo Plano Estadual em prevenção de violência, promoção da cultura de paz e mobilização social.</li> <li>»</li> <li>» Em 2018, foi entregue ao governo estadual o Plano de Segurança Pública para o estado do Ceará, o qual foi construído em consonância com o Plano Nacional de Segurança.</li> <li>»</li> <li>» Planos Estaduais de Segurança já foram implementados em Pernambuco e Mato Grosso, permitindo diretrizes para a realização de comparativos e norteadores na construção de um Plano Estadual de Vigilância Comunitária que se mostre complementar às ações e estratégias já em curso pelos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, bem como uma ramificação da Segurança Social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Construção do Plano Estadual de Vigilância Comunitária.</li> <li>» Participação da população na construção do plano estadual para manter a boa convivência e a segurança social.</li> <li>» Constrangimento do cometimento de crimes, devido à implementação de diretrizes de fiscalização comunitária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Núcleo de Ação pela Paz - NAPAZ</li> <li>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</li> <li>» Líderes comunitários</li> <li>» Associações de Moradores</li> <li>» Universidade Federal do Ceará - UFC</li> <li>» Universidade Estadual do Ceará - UECE</li> </ul>

**Implementação de parcerias estratégicas com os municípios para melhorias da iluminação pública e qualidade do espaço público urbano**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Mapeamento de territórios que necessitem da implementação da iluminação.</li> <li>» Medellín desenvolveu um plano mestre de iluminação urbana, o qual foi executado pela empresa estatal colombiana EPM (Empresas Públicas de Medellín). Em uma análise das camadas de infraestrutura e iluminação noturna sobre a cartografia de Medellín, observaram-se gigantescos pontos de escuridão em meio ao tecido urbano, os reservatórios de água, nos quais também se observavam focos de criminalidade. Após a requalificação do local, transformaram-se em ambientes iluminados, sendo focos turísticos com atividades culturais e amplo crescimento comercial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Requalificação dos espaços públicos, permitindo melhoria das condições de segurança.</li> <li>» Implementação de iluminação em todas as vias dos municípios.</li> <li>» Constrangimento do cometimento do crime em ambientes que não se apresentam esteticamente propícios para a criminalidade impune.</li> <li>» Iluminação dos espaços públicos priorizando áreas de grande fluxo de pedestres.</li> <li>» Desenvolvimento de iluminação pública sustentável e comunitária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Litro de Luz Bahia</li> <li>» Micro e pequenas empresas – serviços elétricos e materiais recicláveis</li> <li>» Comunidade local</li> <li>» Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG</li> <li>» Enel Distribuição Ceará</li> <li>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública - SUPESP</li> </ul>

## Fortalecimento do policiamento de proximidade, com o intuito de criar espaços de escuta e mobilização da população

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» O policiamento de proximidade, considerado de forma integrada, mostra-se como um dispositivo relevante na busca pela prevenção e na promoção da aproximação entre polícia e população em contextos conflituosos, fundamental para promover uma política de redução de violência, como afirma o Atlas da Violência (2017).</li> <li>» Com o exemplo de Medellín, na Colômbia, observa-se que a segmentação de áreas de policiamento mais focados contribuem para a proximidade entre os agentes da polícia e a comunidade na qual a polícia presta seus serviços de proteção. Fortalece-se, assim, o vínculo entre a polícia e a comunidade, contribuindo para a efetiva implementação de ações preventivas e de controle da criminalidade.</li> <li>» Disponibilidade de espaços comunitários nos quais poderia acontecer momentos de escuta das necessidades da população, bem como aspectos potencializadores da mobilização social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Fortalecimento do vínculo com a comunidade por meio do policiamento de proximidade.</li> <li>» Criação de espaços de escuta entre os órgãos envolvidos no policiamento local e a população.</li> <li>» Criação de espaços de promoção e motivação de mobilização social em prol da segurança cidadã alinhada ao policiamento comunitário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</li> <li>» Líderes Comunitários</li> <li>» Escolas estaduais e municipais</li> <li>» Associações de Moradores</li> </ul>

**Corresponsabilização das secretarias de governo com a redução da violência e com o desenvolvimento da cultura de paz**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» A transição de gestões municipais e estaduais prejudica a continuidade de políticas públicas. Uma alternativa é a corresponsabilização, uma vez que as estratégias implementadas nesse modelo devem ser desenvolvidas e normatizadas formalmente por meio de protocolos de ação conjunta e por matrizes e mecanismos de auditoria e corresponsabilização entre as secretarias.</p> <p>» A existência do Pacto por um Ceará Pacífico já se apresenta enquanto um marco norteador de toda e qualquer prática formalmente firmada em prol da Segurança Pública. Assim, os documentos produzidos como fruto do programa Ceará Pacífico representam um terreno comum possível para a formal corresponsabilização entre Secretarias do Governo.</p>	<p>» Redução da violência por meio do desenvolvimento da cultura de paz no estado do Ceará.</p> <p>» Fortalecimento da continuidade de políticas públicas implementadas.</p> <p>» Pacto de corresponsabilização entre secretarias e com desenvolvimento de protocolos de ação conjunta e integrada.</p>	<p>» Vice-Governadoria (Programa Ceará Pacífico)</p> <p>» Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT</p> <p>» Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC</p>

Criação de mecanismos para garantia da continuidade de políticas públicas em segurança		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» A baixa institucionalização, a qual foi compreendida como a insuficiente regulação e padronização de procedimentos dos programas implementados, torna a descontinuidade de políticas públicas algo mais naturalizado.</li> <li>» Necessita-se de regulamentação e o claro estabelecimento de diretrizes e objetivos a serem alcançados, os quais, alinhados com a contínua avaliação de indicadores de desempenho, permitem que as políticas públicas mantenham seu desenvolvimento e sejam fortalecidas. Para isso, necessita-se que portaria e normas institucionais sejam delimitadas e implementadas.</li> <li>» Mapeamento formal das políticas públicas implementadas e vigentes, com atualização constante de cadastros públicos e promoção de avaliação de políticas públicas.</li> <li>» Indicadores estratégicos e metas específicas para seleção de políticas públicas a serem mantidas durante período de transição entre governos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Avaliação de políticas públicas em relação aos indicadores de desempenho definidos previamente.</li> <li>» Fortalecimento de políticas públicas que apresentam bons indicadores de desempenho, garantindo, assim, a manutenção destas e garantindo o melhor uso dos recursos públicos.</li> <li>» Impacto em longo prazo na diminuição de problemas sociais, como a violência.</li> <li>» Garantia do acesso aos serviços públicos, sem interrupção abrupta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Vice-Governadoria (Programa Ceará Pacífico)</li> <li>» Secretaria Municipal de Educação – SME</li> <li>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</li> <li>» Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT</li> <li>» Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC</li> <li>» Universidade Federal do Ceará - UFC</li> </ul>

**Desenvolvimento de um plano de integração entre o Sistema de Informações Policiais (SIP), o Sistema de Informação Penitenciário (SISPEN), o sistema da Perícia Forense e os sistemas do Ministério Público e do Tribunal de Justiça**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» A ampla utilização do SIP – Sistema de Informações Policiais por meio da plataforma Web permitiu a fácil utilização e atualização do Sistema de Informações. A ampliação dessa integração já apresenta direcionamentos claros para outros sistemas de informações necessários, como o SISPEN e o sistema da PEFOCE, devido à disseminação do SIP.</p>	<p>» Informações integradas que possibilitem práticas baseadas em evidências e ações direcionadas à solução de problemas.</p> <p>» Diminuição do tempo de resposta das ações e aumentando a eficiência das intervenções policiais.</p>	<p>» Tribunal de Justiça</p> <p>» Ministério Público</p> <p>» Perícia Forense do Ceará – PEFOCE</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Sistema Penitenciário do Estado do Ceará</p> <p>» Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC</p> <p>» Delegacia Geral da Polícia Civil</p> <p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública - SUPESP</p>



## Criação de protocolos de articulação de redes

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Grande diversidade de procedimentos distintos, dadas as diferenças entre os serviços disponibilizados pelas instituições vinculadas à Segurança Pública.</li> <li>» Sistematização integrada do mapeamento de dispositivos vinculados à Segurança Pública.</li> <li>» Sistematização integrada dos procedimentos por dispositivo, de forma a padronizar e formalizar os procedimentos integrados e construir protocolos eficientes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Formalização de protocolos integrados e qualificados para as distintas instituições vinculadas à Segurança Pública, garantindo as especificidades dessas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Ministério Público</li> <li>» Defensoria Pública</li> <li>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</li> <li>» Delegacia Geral da Polícia Civil</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Polícia Civil</li> <li>» Polícia Militar</li> <li>» Polícia Federal</li> <li>» Guarda Municipal</li> <li>» Corpo de Bombeiros Militares</li> <li>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</li> <li>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública - SUPESP</li> </ul>

**Mobilização de facilitadores comunitários para envolver a comunidade nas iniciativas de segurança pública**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» Diversas iniciativas realizadas com cunho preventivo direcionadas à saúde e epidemiologias, utilizam-se da mobilização social. Por exemplo, a iniciativa "Todos contra a Dengue". Adicionalmente, a criação de aplicativos que contribuíram para fiscalizar focos de dengue também são utilizados. Algo semelhante poderia ser empregado na temática de segurança pública.</p> <p>» Dispor de equipe para realizar capacitações de facilitadores comunitários em prol do envolvimento da comunidade nas iniciativas de segurança pública.</p>	<p>» Criação de um Comitê Municipal de Mobilização Social.</p> <p>» Participação da população na fiscalização das ações de prevenção de violência.</p> <p>» Envolvimento comunitário em práticas para manter a boa convivência e a segurança social.</p> <p>» Constrangimento do cometimento de crimes, devido à fiscalização comunitária.</p>	<p>» Líderes Comunitários</p> <p>» Escolas municipais e estaduais</p> <p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p> <p>» Núcleo de Ação pela Paz - NAPAZ</p> <p>» Universidade Federal do Ceará - UFC</p>

## Incorporação de mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação em todos os níveis da política de segurança

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» Na administração pública brasileira, diversas diretrizes são estabelecidas a fim de nortear e qualificar a gestão pública. Ações como comissões internas, capacitação, conferências e comunicação com outras organizações envolvidas no mesmo objetivo, são exemplos de mecanismos de gestão a serem utilizados.</p> <p>»</p> <p>» Levantamento das principais demandas e de um panorama geral das políticas de segurança pública, a fim de construir indicadores coerentes com as atividades desempenhadas, permitindo o monitoramento e a avaliação continuada.</p>	<p>» Uma gestão com maior qualificação na eficácia das políticas públicas de segurança.</p> <p>» Acompanhamento contínuo dos indicadores monitorados das políticas de segurança para aprimoramento.</p>	<p>» Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG</p> <p>» Universidade Federal do Ceará - UFC</p> <p>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública - SUPESP</p>

Criação de mecanismos de financiamento de médio e longo prazo para programas prioritários		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Identificação de quais programas se apresentam como prioritários para implementar mecanismos de financiamento na temática de segurança pública.</li> <li>» Existência de instrumentos jurídicos, parcerias e relacionamento entre governo estadual e instituições internacionais de financiamento</li> <li>» Parceria público-privada em aspectos que impactam indiretamente a questão da segurança pública, como iluminação pública, transporte público em situações de vulnerabilidade social, acesso à dispositivos culturais, dentre outros terrenos férteis de investimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Desenvolvimento socioeconômico.</li> <li>» Autossuficiência financeira, total ou parcial, de programas prioritários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Investidores e empresas com experiência em PPPs na área</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania - SEJUS</li> <li>» Sistema FIEC</li> <li>» Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES</li> <li>» SSPDS</li> <li>» Instituições internacionais de financiamento</li> <li>» Ceará Pacífico – Vice Governadoria</li> </ul>

## TEMA: PREVENÇÃO

Intensificação da atuação dos Coletivos Culturais nos bairros dominados pelas facções		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» Devido à ampla atuação das facções nos territórios da Capital e do interior do Estado, iniciativas culturais representam uma forma de a sociedade civil organizada mitigar a relação de poder entre as facções e a comunidade. Visto isso, a possível retaliação por iniciativas culturais pode ser muito violenta na tentativa de coibir a atuação dos coletivos culturais.</p> <p>» Proteção policial para a realização da atuação dos Coletivos Culturais em áreas dominadas pelas facções.</p> <p>» A possível proteção policial durante as iniciativas dos Coletivos Culturais, mostra-se enquanto uma oportunidade de fortalecer o vínculo entre polícia e comunidade, vínculo este muito desgastado devido aos altos índices de violência e criminalidade que tornaram tensionada a relação comunidade-polícia.</p> <p>» Adicionalmente, uma forma de fortalecer ainda mais a comunidade, na qual as atuações dos Coletivos seriam realizadas, seria possuir o apoio do comércio local por meio de patrocínios, fortalecendo, assim, o comércio local e a atuação dos Coletivos Culturais.</p>	<p>» Ocupação do espaço público, constringindo a atuação das facções.</p> <p>» Envolvimento da comunidade, bem como dos serviços policiais, com propostas culturais, fortalecendo o vínculo comunitário com a polícia.</p> <p>» Desenvolvimento econômico do comércio local.</p>	<p>» Coletivos Culturais</p> <p>» Núcleo de Ação pela Paz - NAPAZ</p> <p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p> <p>» Núcleo de Mediação de Conflito</p> <p>» Rede CUCA</p> <p>» Comércio local</p>

Incentivo à implantação de negócios ou processos produtivos em territórios com população vulnerável		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Os pequenos negócios correspondem a 8,9 milhões de micro e pequenas empresas no Brasil, representam 27% do PIB brasileiro, sendo responsáveis por 52% da mão de obra formal no País, empregos com carteira assinada, correspondendo à 40% da massa salarial brasileira.</li> <li>» Campo de estágio propício para cursos de assistência social, administração e economia, permitindo o desenvolvimento tanto de futuros profissionais qualificados e de projetos de implantação de negócios ou processos produtivos em territórios com população vulnerável.</li> <li>» A presença forte do SEBRAE, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Ceará, sendo um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Estimula há mais de 4 décadas o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte.</li> <li>» Fortalecimento de aceleradoras no desenvolvimento de processos produtivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» O aumento da quantidade de micro e pequenas empresas ou processos produtivos bem-sucedidos em territórios com população vulnerável.</li> <li>» Melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade no Ceará.</li> <li>» Desenvolvimento socioeconômico.</li> <li>» Maior inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.</li> <li>» Diminuição da criminalidade e da violência pelo desenvolvimento alternativo e legal de fontes de renda para a população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Núcleo de Empreendedorismo e Economia Solidária (vinculado à Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e Egresso)</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Unidade Integrada de Segurança - UNISEG</li> <li>» Escolas Estaduais – ensino básico e médio</li> <li>» Universidade Federal do Ceará - UFC (Serviço Social, Economia, Administração).</li> <li>» Universidade Estadual do Ceará – UECE (Administração e Serviço Social)</li> </ul>

Monitoramento da frequência escolar e busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Necessidade de pactuação para diminuir a evasão escolar e tornar a escola um ambiente mais atrativo para os estudantes, em prol de uma maior adesão.</li> <li>» A taxa de abandono, em 2017, nas escolas da rede pública estadual, foi de 6,3%, demonstrando que o fator de desestímulo para os estudantes ainda se mostra expressivo.</li> <li>» A criação da plataforma online "Busca Ativa Escolar" permite o acompanhamento contínuo, tanto de novas matrículas no sistema educacional quanto a não renovação da matrícula de um estudante.</li> <li>» Definição de uma equipe que implemente o Busca Ativa Escolar, de acordo com as diretrizes estabelecidas: Prefeito (consolida a adesão ao programa e define o Gestor político), Gestor Político (facilita a comunicação entre o prefeito e os demais participantes para garantir ações intersetoriais), Coordenador(a) Operacional ( planeja e acompanha o andamento das ações), Supervisores Institucionais (recebem o alerta sobre uma criança ou adolescente fora da escola, ou em risco de evadir, e realiza os encaminhamentos para rematricular ou contribuir para a permanência na escola), Técnicos Verificadores (visitam as famílias para investigar o porquê da evasão e traçar um direcionamento estratégico para uma reintegração escolar), e Agentes Comunitários (realizam a busca ativa pelas crianças e adolescente evadidos e registram o alerta).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Acompanhamento de indicadores de evasão escolar.</li> <li>» Redução da evasão escolar da rede pública estadual e municipal.</li> <li>» Identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Líderes Comunitários</li> <li>» Escolas municipais e estaduais</li> <li>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</li> <li>» UNICEF</li> <li>» Secretaria Municipal de Educação - SME</li> <li>» Secretaria da Educação do Ceará - SEDUC</li> <li>» Equipe do Projeto Busca Ativa</li> </ul>

Implementação de ações do projeto "Nenhum a menos na escola" nas escolas estaduais		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» A Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE) provê bons indicadores para acompanhamento continuado, permitindo avaliar constantemente os impactos da política pública implementada.</p> <p>» Observou-se que existe um padrão abaixo do considerado adequado no desempenho em Matemática, o que contribui para desestimular a permanência na escola e aumenta as taxas de evasão. A taxa de abandono, em 2017, nas escolas da rede pública estadual foi de 6,3% .</p> <p>» A Prefeitura de Fortaleza criou, em 2017, o "Aprender Mais", que reforça o conteúdo escolar em Português e Matemática; contribuindo, assim, para a melhoria do desempenho acadêmico e, por sua vez, contribuindo para a diminuição das taxas de evasão escolar.</p>	<p>» A pactuação entre municípios pela implementação de um plano educacional com metas, acompanhamento de indicadores e premiações.</p> <p>» Nenhum município no Ceará com desempenho abaixo do padrão intermediário em Matemática e Português.</p> <p>» Redução da evasão escolar da rede pública estadual.</p>	<p>» UNICEF</p> <p>» Sistema S</p> <p>» Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>» Secretaria da Educação do Ceará – SEDUC</p> <p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p>

<sup>1</sup>Por meio do SPAECE, 92.752 alunos do 2º ano foram avaliados, além de 108.226 do 5º ano e 102.686 do 9º ano.



Ampliação da inteligência policial para monitoramento e combate ao crime organizado		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» Ceará está em processo de implementação do Centro de Inteligência da Polícia Federal e conta ainda o Projeto SPIA – Sistema Policial Indicativo de Abordagem, o qual já está em processo de expansão para todo o Nordeste. O projeto foi iniciado em 2017 e contribuiu para uma redução de 33,5% dos índices de crimes violentos contra o patrimônio e de 30,9% em roubos de veículos apenas em 2018. A atuação do SPIA consiste em utilizar sensores espalhados por vias públicas do Estado para auxiliar na localização e recuperação de veículos roubados ou furtados; atualmente, ele faz parte de uma rede interestadual estratégica, que coleta e compartilha informações importantes para a segurança pública.</p> <p>» O crime organizado se mostra com uma complexidade crescente com o passar dos anos e sua ramificação, organização e atuação transgressora frente às leis, torna a atividade de resposta policial limitada para solucionar a problemática, tendo em vista a diretiva do cumprimento das normas legais. Visto isso, dados e informações coletadas, como as possibilitadas pelo SPIA, permitem identificar e compreender as características, a estrutura organizacional, os meios de captação de recursos e financiamento do crime organizado, bem como seu <i>modus operandi</i>.</p>	<p>» Planejamento de ações de prevenção primária e secundária.</p> <p>» Subsídios de análises prospectivas em nível estratégico.</p> <p>» Detecção estratégica e interrupção de atividade criminosa, por meio de conhecimento e técnicas especializadas, aplicadas a investigações.</p> <p>» Redução da criminalidade, no tocante ao crime organizado</p>	<p>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP</p> <p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Polícia Rodoviária Federal – PRF</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS</p>

**Realização de projetos de educação profissional, em conjunto com o Sistema S, em áreas de maior vulnerabilidade social**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Déficit de qualificação e de desempenho escolar de indivíduos em situação de vulnerabilidade.</li> <li>» Campo de estágio propício para cursos de Pedagogia, de Psicologia, de Assistência Social, Administração e Economia, permitindo o desenvolvimento tanto de futuros profissionais qualificados quanto por meio de projetos inclusivos com um cunho de empreendedorismo e de inovação, contribuindo para facilitar a inserção dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade social por meio do emprego e do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho</li> <li>» Diminuição do risco de envolvimento delitivo juvenil e adulto</li> <li>» Desenvolvimento Socioeconômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Tribunal Regional do Trabalho - TRT</li> <li>» Ministério Público do Trabalho - MPT</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Defensoria Pública</li> <li>» Empresas (médio e grande porte)</li> <li>» Vara da Infância e Juventude</li> <li>» UNICEF</li> <li>» Universidade Federal do Ceará –UFC (Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Economia, Administração)</li> <li>» Universidade Estadual do Ceará – UECE (Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Administração).</li> </ul>

Capacitação de líderes comunitários para suporte em atividades culturais com jovens		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Disponibilizar equipe para realizar capacitações de facilitadores comunitários em prol da promoção da cultura de paz e mobilização social através de atividades culturais.</li> <li>» Devido à ampla atuação das facções nos territórios da Capital e do interior do Estado, iniciativas culturais representam uma forma de a sociedade civil organizada mitigar a relação de poder entre as facções e a comunidade. Visto isso, a possível retaliação por iniciativas culturais pode ser muito violenta na tentativa de coibir atividades culturais por jovens, sendo esse risco, possivelmente, reduzido mediante o suporte de líderes comunitários.</li> <li>» Oportunidade de fortalecer a imagem de referência de líderes comunitários na comunidade, contribuindo para mitigar o poder ramificado das facções.</li> <li>» Proteção policial para a realização das atividades culturais em áreas dominadas pelas facções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Ocupação do espaço público, constringendo a atuação das facções.</li> <li>» Envolvimento da comunidade, bem como dos serviços policiais com propostas culturais, fortalecendo o vínculo comunitário com a polícia.</li> <li>» Requalificação urbana a partir da ocupação dos espaços urbanos com atividades culturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Líderes Comunitários</li> <li>» Escolas municipais e estaduais</li> <li>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</li> <li>» Núcleo de Ação pela Paz – NAPAZ</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Rede CUCA</li> <li>» Secretaria de Cultura do Estado do Ceará - SECULT</li> </ul>

<b>Desenvolvimento de programas de formação para profissionais e atores locais que trabalham com a prevenção da violência</b>		
<b>Diretrizes</b>		
<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Diferentes demandas de capacitação, tornando-se necessário um levantamento de necessidades, de déficits e de demandas mais recorrentes por parte dos profissionais e atores locais, que trabalham com a prevenção da violência, a fim de solucionar déficits e potencializar pontos positivos.</li> <li>» Financiamento adequado para a execução das capacitações de forma continuada durante um certo período, para que elas sejam efetivas e promovam um impacto contundente e coerente com as necessidades preventivas da violência.</li> <li>» Campo propício para a articulação com a Academia em projetos de Extensão em cursos de Pedagogia, de Psicologia e de Serviço Social, visando a construção coletiva com os profissionais e atores locais envolvidos e a execução de capacitações efetivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Minimização das problemáticas envolvendo a ineficiência de certas iniciativas devido à falta de uma qualificação direcionada especificamente à prevenção da violência.</li> <li>» Maior eficiência de iniciativas vinculadas à prevenção da violência;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Secretaria de Educação do Ceará - SEDUC</li> <li>» Secretaria Municipal de Educação – SME</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência</li> <li>» Defensoria Pública / Rede Acolhe</li> </ul>

## Divulgação da Lei Maria da Penha e medidas protetivas de urgência nas escolas

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» A crescente utilização de aplicativos de divulgação da Lei Maria da Penha, para diferentes faixas etárias, tem contribuído para a conscientização acerca da problemática da violência contra a mulher. Uma boa opção é a divulgação do aplicativo “Lei Maria da Penha”, o qual foi desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e objetiva disseminar os direitos que a Lei Maria da Penha assegura e permite sua utilização de forma gratuita.</li> <li>» O Ministério Público do Estado do Pará desenvolveu o Projeto Lei Maria da Penha nas Escolas, uma ação em escolas públicas e privadas, voltada para capacitar educadores e conscientizar estudantes sobre a violência contra a mulher e a lei Maria da Penha. Tal ação ocorre através de palestras, debates e visitas técnicas aos dispositivos de apoio às mulheres vítimas de violência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Contribuir para uma formação humana de jovens, em caráter preventivo da violência</li> <li>» Formar cidadãos que se tornem ativos agentes transformadores em prol da diminuição dos índices de subnotificações, aumentando o suporte social à vítima de violência doméstica e familiar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza</li> <li>» Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público</li> <li>» Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza (DDM-F)</li> <li>» Instituto Maria da Penha – IMP</li> <li>» Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Ceará</li> <li>» Observatório de Violência Contra a Mulher – OBSERVEM</li> <li>» Universidade Estadual do Ceará - UECE</li> <li>» Escolas públicas e privadas</li> </ul>

**Criação de campanha de prevenção à violência contra a mulher com divulgação e diversificação de meios para denúncia**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» Aumento do risco de fatalidade do crime em caso de exposição desprotegida da vítima perante um agressor.</p> <p>» Diversos aplicativos que contribuem para a diversificação de meios de denúncia da violência contra a mulher vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos, porém apenas uma diminuta parcela da população apresenta ciência desses dispositivos, não alcançando a total potencialidade dessa ferramenta na prevenção à violência contra a mulher. Especificamente, o aplicativo “Clique 180” se apresenta tanto como um recurso educativo quanto de denúncia ativa, facilitando a proteção das vítimas. A divulgação do “Clique 180”, bem como de outras ferramentas, como: o SOS Mulher, que tem seu sistema integrado com o Centro Integrado de Operações Policiais (Ciop) do Estado de Macapá, somando-se ao serviço psicossocial, acompanhamento jurídico e casa abrigo.</p>	<p>» Diminuição das taxas de violência contra a mulher.</p> <p>» Fortalecimento dos meios de denúncia, aumentando a capacidade de prevenir feminicídios.</p> <p>» Criação de rede de divulgação da problemática da violência contra a mulher, aumentando o acesso das vítimas a apoio e proteção.</p>	<p>» Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>» Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS</p> <p>» Centro de Referência de Assistência Social – CRAS</p> <p>» Núcleo de Ação pela Paz – NAPA</p> <p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p> <p>» Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher</p> <p>» Grupo de Apoio de Vítimas de Violência – GAVV</p>

Criação de um Sistema Estadual de Segurança Social e Paz Pública no Ceará		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» Medellín desenvolveu um plano mestre de iluminação urbana, o qual foi executado pela empresa estatal colombiana EPM (Empresas Públicas de Medellín). Em uma análise das camadas de infraestrutura e iluminação noturna sobre a cartografia de Medellín, observaram-se gigantescos pontos de escuridão em meio ao tecido urbano, os reservatórios de água, nos quais também se observavam focos de criminalidade. Após a requalificação dos locais, os reservatórios se transformaram em ambientes iluminados, sendo focos turísticos com atividades culturais, amplo crescimento comercial e o constrangimento do crime por meio de segurança pública e social.</p> <p>» Mapeamento de dispositivos sociais subutilizados que poderiam ter suas atividades direcionadas, de modo a contemplar ambientes nos Municípios que apresentam traços de abandono, uma estética insegura ou que ainda não alcançaram a totalidade do seu potencial de desenvolvimento comercial, como o Castelão.</p>	<p>» Requalificação urbana em prol de uma cultura de paz.</p> <p>» Promoção de segurança pública vinculada à ocupação de espaços vulneráveis com cunho cultural e produtivo.</p> <p>» Desenvolvimento socioeconômico</p> <p>» Criação de um Sistema Estadual de Segurança Social e Paz Pública no Ceará.</p>	<p>» Vice-Governadoria (Programa Ceará Pacífico)</p> <p>» Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS</p> <p>» Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - SECULT</p> <p>» Secretaria da Educação do Ceará - SEDUC</p> <p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p> <p>» Líderes Comunitários</p> <p>» Escolas estaduais e municipais</p> <p>» Associações de Moradores</p> <p>» Rede Cuca</p>

Ampliação de educação em tempo integral nas escolas estaduais e municipais		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» O ambiente escolar, além de contribuir para o desenvolvimento acadêmico, promove habilidades sociais, autocontrole e disciplina, todos aspectos que beneficiariam tanto a vida social do indivíduo quanto sua inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, a ampliação do período de permanência do estudante no ambiente escolar contribui, não somente para diminuir sua probabilidade de evasão, mas também para reforçar o desenvolvimento da disciplina, do autocontrole e das habilidades sociais.</p> <p>» Dispor de uma equipe técnica maior, que consiga contemplar as atividades do contra turno, assim como um maior financiamento para abarcar os maiores gastos de manutenção patrimonial e auxílio estudantil para crianças e adolescentes de baixa renda.</p>	<p>» Diminuir a janela de oportunidade de cooptação de crianças e adolescentes por facções.</p> <p>» Formar jovens mais socialmente habilitados e com bom desenvolvimento de autocontrole e disciplina.</p> <p>» Maior inserção de jovens no mercado de trabalho, por apresentarem uma maior qualificação e habilidades sociais, como cooperatividade.</p>	<p>» Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC</p> <p>» Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>» Escola Municipal em Tempo Integral – ETIs</p>



## Ampliação da quantidade de reuniões comunitárias para mapeamento dos fatores específicos geradores de insegurança locais

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» A fim de nortear e qualificar a gestão pública, diversas diretrizes são estabelecidas por meio de mecanismos como: comissões internas, reuniões comunitárias, capacitação, conferências e comunicação com outras organizações envolvidas no mesmo objetivo. Assim, as reuniões comunitárias necessárias para a consolidação de um pacto de governança, tornariam possíveis o mapeamento de fatores criminogênicos.</p> <p>» Levantamento das principais demandas e realização de um panorama geral de hotspots e harmspots e seus fatores associados, a fim de direcionar estratégias coerentes.</p>	<p>» Empoderamento comunitário acerca das questões que envolvem a Segurança Pública.</p> <p>» Construção de estratégias policiais e de intervenções preventivas direcionadas às áreas de maior insegurança.</p> <p>» Diagnóstico de fatores específicos que influenciariam a insegurança local nas comunidades.</p>	<p>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</p> <p>» Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP</p> <p>» Associações de Moradores</p>

<b>Ampliação de atividades de prevenção ao consumo de álcool e outras drogas nas escolas da educação básica</b>		
<b>Diretrizes</b>		
<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Ampla ramificação do tráfico em bairros mais vulneráveis.</li> <li>» Possibilidade de redução dos impactos nocivos do álcool e outras drogas ao desenvolvimento cognitivo e social de jovens e adolescentes</li> <li>» Alinhamento humanizado das estratégias de ação para que usuários de álcool e outras drogas não sejam estigmatizados e marginalizados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Prevenção do uso de drogas por crianças e adolescentes</li> <li>» Minimizar a atuação do tráfico em âmbito escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Coletivo Balance de Redução de Danos</li> <li>» Núcleo de Estudos sobre Drogas – NUCED</li> <li>» Secretaria Municipal de Educação – SME</li> <li>» Secretaria da Educação do Estado</li> <li>» Unidade Integrada de Segurança – UNISEG</li> </ul>

Ampliação de programas e projetos sociais de prevenção para adolescentes vulneráveis ao homicídio		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Mapeamento de adolescentes em risco de violência letal ou que não são contemplados em programas de proteção e prevenção.</li> <li>» Utilização de espaços acessíveis ao público, como escolas, igrejas, postos de saúde, dentre outros, para realização de programas e projetos existentes, de forma a tornar sustentável a sua expansão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Minimização da violência.</li> <li>» Maior eficiência de iniciativas vinculadas à prevenção de homicídios na adolescência.</li> <li>» Proteção consolidada de adolescentes ameaçados de morte.</li> <li>» Fortalecimento da rede de proteção que provê assistência a adolescentes em situação de risco de homicídio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Secretaria Municipal de Educação – SME</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência</li> <li>» Defensoria Pública / Rede Acolhe</li> </ul>

**TEMA:**  
**SISTEMA PRISIONAL**

<b>Ampliação de atividades de prevenção ao consumo de álcool e outras drogas nas escolas da educação básica</b>		
<b>Diretrizes</b>		
<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Déficit de qualificação dos internos do sistema prisional</li> <li>» Estigmatização dos presos</li> <li>» Diminuição dos gastos de contratação pela indústria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Inclusão social de internos do sistema prisional por meio do trabalho e do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho</li> <li>» Diminuição da reincidência criminal adulta</li> <li>» Desenvolvimento socioeconômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Tribunal Regional do Trabalho</li> <li>» Ministério Público do Trabalho</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Ministério Público</li> <li>» Defensoria estadual</li> <li>» Empresas (médio e grande porte)</li> <li>» Comissão Interinstitucional do Estado do Ceará para a Aprendizagem – CIECE</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE</li> </ul>

Atualização constante do diagnóstico da infraestrutura das unidades prisionais e das cadeias públicas		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Insegurança na realização do diagnóstico</li> <li>» Avaliação continuada do diagnóstico</li> <li>» Diminuição dos gastos em grandes reconstruções das unidades a longo prazo, devido a manutenção preventiva e mais eficaz da infraestrutura das unidades prisionais e das cadeias públicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Diminuição do número de rebeliões</li> <li>» Melhor controle em caso de rebeliões</li> <li>» Manutenção e preservação de patrimônio vinculado à execução penal</li> <li>» Fiscalização dos direitos fundamentais de presos</li> <li>» Prevenção de fugas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Núcleo de Vigilância Sanitária Estadual</li> <li>» Conselho Gestor do Fundo Penitenciário</li> <li>» Conselho Penitenciário do Estado do Ceará</li> <li>» Defensoria Pública</li> </ul>

Conclusão e implementação das unidades carcerárias em construção		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Investimento financeiro</li> <li>» Superlotação das unidades carcerárias existentes, a conclusão e implementação das unidades previstas poderiam contribuir para atenuar a superlotação e contribuir para o processo de ressocialização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Resolução da superlotação das unidades prisionais</li> <li>» Diminuição do número de rebeliões</li> <li>» Melhor controle em caso de rebeliões</li> <li>» Cumprimento dos direitos fundamentais de presos</li> <li>» Aumento da segurança para os colaboradores do sistema prisional alocados em unidades carcerárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF</li> <li>» Conselho Gestor do Fundo Penitenciário</li> <li>» Conselho Penitenciário do Estado do Ceará</li> </ul>

Ampliação da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso (Cispe)		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Acompanhar os indicadores de reincidência</li> <li>» Investimento financeiro</li> <li>» Aumento do contingente da Cispe</li> <li>» Desenvolver indicadores da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE para avaliar o impacto da ampliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Fortalecimento da inclusão social de presos e egressos</li> <li>» Diminuição da reincidência criminal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS</li> </ul>

Implantação do plano de transferência de presos localizados nos distritos policiais		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Grande contingente policial para a execução da transferência</li> <li>» Centro de Triagem e Observação Criminológica do Ceará</li> <li>» Possibilidade de fugas no trajeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Prevenção de rebeliões dos presos</li> <li>» Contribuição para o melhor funcionamento da Polícia Judiciária</li> <li>» Resolução da superlotação em nos distritos policiais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Polícia Civil</li> <li>» Polícia Militar</li> <li>» Delegacia de Capturas e Polinter - DECAP</li> <li>» Departamento de Polícia Metropolitana - DPM</li> <li>» Defensoria Pública</li> </ul>



## Elaboração de diagnóstico do sistema prisional para planejamento estratégico e estabelecimento de metas de trabalho

### Diretrizes

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Ausência de videomonitoramento dentro das unidades prisionais</li> <li>» Facionamento das unidades prisionais</li> <li>» Novo contingente de agentes penitenciários empossados em 2018</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Planejamento estratégico de metas de trabalho</li> <li>» Diagnóstico da situação do sistema prisional (obstáculos e potencialidades)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Conselho Gestor do Fundo Penitenciário</li> <li>» Conselho Penitenciário do Estado do Ceará</li> <li>» Defensoria Pública</li> </ul>

Criação de indicadores de acompanhamento individual para as pessoas em cumprimento de pena		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Escasso detalhamento individual desde o Censo Penitenciário do Ceará</li> <li>» Conhecimento do Centro de Triagem e Observação Criminológica do Ceará</li> <li>» Faccionamento das unidades prisionais</li> <li>» Novo contingente de agentes penitenciários empossados em 2018</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Avaliação do perfil dos presos no Ceará</li> <li>» Avaliação continuada de indicadores criminais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Conselho Gestor do Fundo Penitenciário</li> <li>» Conselho Penitenciário do Estado do Ceará</li> <li>» Defensoria Pública</li> <li>» Centro de Triagem e Observação Criminológica do Ceará</li> </ul>

## Avaliação e readequação das políticas de reintegração social para aprimoramento das atividades relacionadas à inclusão social do apenado

### Diretrizes

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Indicadores claros de avaliação do desempenho das políticas de reintegração</li> <li>» Diversidade de instituições envolvidas nos diferentes projetos</li> <li>» Centralização dos projetos pela CISPE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Ampliação da inclusão social de internos do sistema prisional</li> <li>» Diminuição da reincidência criminal adulta</li> <li>» Levantamento integrado de informações sistematizadas dos projetos e das instituições envolvidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Tribunal Regional do Trabalho</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Comissão Interinstitucional do Estado do Ceará para a Aprendizagem – CIECE</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE</li> </ul>

**Ampliação e aprimoramento de programas periódicos de atenção à saúde das pessoas em cumprimento de pena**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Financiamento para a implementação e ampliação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário</li> <li>» Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário elaborado</li> <li>» Campo de estágio propício para cursos de saúde atuarem com as equipes interdisciplinares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Controle e/ou redução dos agravos mais frequentes que acometem a população carcerária.</li> <li>» Diminuição de gastos paliativos por vias de iniciativas de prevenção, como controle de transmissão de doenças.</li> <li>» Garantia dos direitos fundamentais de acesso à saúde como disposto pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.</li> <li>» Redução dos gastos com transporte e escolta de presos para unidades de saúde.</li> <li>» Diminuição do risco de fuga em atendimento externos às unidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Equipes Interdisciplinares de saúde em atenção básica.</li> <li>» Conselho Estadual de Saúde.</li> <li>» Ministério da Saúde</li> <li>» Ministério da Justiça</li> <li>» Secretaria Municipal de Saúde - SMS</li> <li>» Secretaria Estadual de Saúde</li> <li>» Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Conselho Gestor do Fundo Penitenciário</li> <li>» Conselho Penitenciário do Estado do Ceará</li> <li>» Defensoria Pública</li> </ul>

## Mapeamento aprofundado das organizações criminosas que operam dentro do sistema penitenciário

### Diretrizes

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Manutenção da segurança dos agentes penitenciários durante o levantamento</li> <li>» Escasso detalhamento individual desde o Censo Penitenciário do Ceará</li> <li>» Grande controle das facções dentro das unidades prisionais</li> <li>» Centro de Triagem e Observação Criminológica do Ceará</li> <li>» Novo contingente de agentes penitenciários empossados em 2018</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Melhor controle de rebeliões</li> <li>» Manutenção da segurança do interno do sistema prisional</li> <li>» Manutenção da segurança do colaborador do sistema prisional</li> <li>» Maior compreensão das organizações criminosas inseridas no sistema prisional</li> <li>» Obtenção de informações fundamentais para tomada de medidas estratégicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Conselho Penitenciário do Estado do Ceará</li> <li>» Defensoria Pública</li> <li>» Unidades Prisionais, Cadeias Públicas e Distritos Policiais</li> </ul>

**Elaboração de plano de gestão prisional contendo diretrizes para saúde, educação, gestão, inclusão do apenado e do egresso, trabalho, arquitetura prisional, qualificação profissional, participação social e alternativas penais**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário</li> <li>» Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP)</li> <li>» Financiamento</li> <li>» Alto contingente de presos e egressos do sistema prisional que necessitam do processo de ressocialização</li> <li>» Déficit de qualificação dos presos e dos egressos do sistema prisional</li> <li>» Estigmatização dos presos e dos egressos</li> <li>» Mão de obra prisional para a indústria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário e do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP)</li> <li>» Aumentar os índices de ressocialização, diminuindo os índices de criminalidade e reincidência</li> <li>» Redução de gastos para a indústria por meio da contratação de mão-de-obra de presos e egressos</li> <li>» Desenvolvimento econômico e social para a região</li> <li>» Redução da insalubridade de unidades prisionais</li> <li>» Cumprimento dos direitos humanos fundamentais no sistema penitenciário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Educação</li> <li>» Ministério da Saúde</li> <li>» Ministério da Justiça</li> <li>» Secretaria Municipal de Saúde</li> <li>» Secretaria Estadual de Saúde</li> <li>» Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Conselho Gestor do Fundo Penitenciário</li> <li>» Associação para Proteção e Assistência aos Condenados - APAC</li> <li>» Especialistas em arquitetura prisional</li> <li>» Conselho Penitenciário do Estado do Ceará</li> <li>» Defensoria Pública</li> <li>» Tribunal Regional do Trabalho</li> <li>» Ministério Público do Trabalho</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Empresas (médio e grande porte)</li> <li>» Comissão Interinstitucional do Estado do Ceará para a Aprendizagem – CIECE</li> <li>» Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE</li> </ul>

Ampliação do corpo técnico responsável pelo atendimento a egressos do sistema prisional		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Financiamento para a ampliação</li> <li>» Necessidade de capacitação de novos profissionais</li> <li>» Alto contingente de egressos do sistema prisional que necessitam do processo de ressocialização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Ampliação do corpo técnico da CISPE</li> <li>» Ampliação do corpo técnico dos projetos de inclusão social do egresso</li> <li>» Redução dos níveis de reincidência criminal por meio da ressocialização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE Defensoria Pública</li> <li>» Projetos de Ressocialização vinculado ao Governo do Estado</li> </ul>

**Fortalecimento do projeto de acolhimento e acompanhamento de egressos do sistema prisional**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Financiamento para a ampliação</li> <li>» Alto contingente de egressos do sistema prisional que necessitam do processo de ressocialização</li> <li>» Déficit de qualificação dos egressos do sistema prisional</li> <li>» Estigmatização dos egressos</li> <li>» Possibilidade de implementação de projetos que vinculem os egressos em atividades produtivas específicas de certas indústrias, para que ocorra inserção no mercado de trabalho de forma direcionada, beneficiando o contratante ao agregar um trabalhador com formação técnica específica para sua empresa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Fortalecimento dos projetos existentes de acolhimento e acompanhamento dos egressos do sistema prisional</li> <li>» Redução dos níveis de reincidência criminal por meio da ressocialização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE Defensoria Pública</li> <li>» Projetos de Ressocialização vinculado ao Governo do Estado</li> <li>» Sistema S</li> </ul>



## Elaboração e implementação de projeto de inclusão de egressos do sistema penal ao mercado de trabalho

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Déficit de qualificação dos egressos do sistema prisional</li> <li>» Estigmatização dos egressos</li> <li>» Diminuição dos gastos de contratação pela indústria</li> <li>» Em um curso que se iniciou em 2017, mais de 30 alunos foram beneficiados pela qualificação profissional de Marceneiro de Móveis fornecida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no Ceará e realizado na unidade móvel do SENAI. Por meio dessa iniciativa, promoveu-se a inserção social de pessoas em situação de exclusão social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Inclusão social de egressos do sistema prisional por meio do trabalho e do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho</li> <li>» Diminuição da reincidência criminal adulta</li> <li>» Desenvolvimento socioeconômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Tribunal Regional do Trabalho</li> <li>» Ministério Público do Trabalho</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Ministério Público e Defensoria estadual</li> <li>» Empresas (médio e grande porte)</li> <li>» Comissão Interinstitucional do Estado do Ceará para a Aprendizagem – CIECE</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE</li> </ul>

**Implementação do Decreto nº 32042 de 14/09/2016 que dispõe sobre a reserva de vagas de empregos para presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressos do sistema prisional, referentes a contratos com o estado do Ceará**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Déficit de qualificação dos egressos do sistema prisional para o mercado de trabalho</li> <li>» Estigmatização dos egressos</li> <li>» Diminuição dos gastos de contratação pela indústria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Inclusão social de egressos do sistema prisional por meio do trabalho e do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho</li> <li>» Diminuição da reincidência criminal adulta</li> <li>» Desenvolvimento socioeconômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Tribunal Regional do Trabalho</li> <li>» Ministério Público do Trabalho</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Ministério Público e Defensoria estadual</li> <li>» Empresas (médio e grande porte)</li> <li>» Comissão Interinstitucional do Estado do Ceará para a Aprendizagem – CIECE</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE</li> </ul>

**TEMA:**  
**SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

Avaliação do desempenho escolar do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, com disponibilização de professor de reforço nas disciplinas com menor rendimento		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Estigmatização dos adolescentes em centros socioeducativos</li> <li>» Déficit escolar aprofundado</li> <li>» Avaliação continuada para mensurar indicadores</li> <li>» Grande contingente de jovens com déficit escolar</li> <li>» Campo de estágio propício para cursos de Pedagogia, de Psicologia (avaliação de ensino e aprendizagem), de Matemática e de Letras (para ministrar aulas de reforço)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Diagnóstico aprofundado do desempenho escolar, tanto do método de ensino quanto avaliação de aprendizagem</li> <li>» Melhora no desempenho escolar dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa</li> <li>» Aumento da inclusão social</li> <li>» Redução da reincidência por meio da inclusão social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Vara de Infância e Juventude</li> <li>» Secretaria de Educação - SEDUC</li> <li>» Secretaria Municipal de Educação – SME</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Centros Socioeducativos</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC (cursos de Pedagogia e Psicologia, Matemática e Letras)</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> </ul>

Ampliação de programas para egressos do sistema socioeducativo		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Grande contingente de jovens que necessitam de programas para ressocialização</li> <li>» Estigmatização dos adolescentes em centros socioeducativos</li> <li>» Contratação de mão-de-obra de egressos na perspectiva de Responsabilidade Socio-Empresarial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Inclusão social de jovens em conflitos com a lei por meio da qualificação e do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho</li> <li>» Diminuição da reincidência juvenil por meio da ressocialização</li> <li>» Desenvolvimento socioeconômico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Vara de Infância e Juventude</li> <li>» Secretaria de Educação – SEDUC</li> <li>» Secretaria Municipal de Educação – SME</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS</li> <li>» Pequenas e Médias empresas</li> <li>» Tribunal Regional do Trabalho – TRT</li> <li>» Ministério Público do Trabalho</li> </ul>

## Aprimoramento da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Grande quantidade de ramificações da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS)</li> <li>» Possibilidade de uma integração mais transparente e protocolada entre os órgãos</li> <li>» Redução da burocracia</li> <li>» Documento denominado Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) apresenta diagnósticos e diretrizes norteadoras que devem ser levadas em consideração na avaliação de fraquezas e potencialidades da SEAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Maior eficiência dos programas e das instituições dependentes da SEAS;</li> <li>» Fortalecimento das articulações realizadas pela SEAS.</li> <li>» Alinhamento com e cumprimento dos pressupostos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente no que tange, especificamente à proteção aos direitos humanos.</li> <li>» Impactos positivos indiretos a longo prazo nos processos de inclusão social de socioeducandos e de ressocialização de egressos do sistema socioeducativo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Vara de Infância e Juventude</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Centros socioeducativos</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC (cursos de Pedagogia, Direito e Psicologia)</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> </ul>

**Realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos de socioeducadores e equipe**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Adequação do orçamento previsto para o concurso, seguindo a Lei de Responsabilidade Fiscal</li> <li>» Identificar as demandas e necessidades que justificam o concurso público para contratação de novos servidores, por meio de um relatório realizado por cada um dos órgãos envolvidos (SEAS, SEJUS, Centros Socioeducativos, Secretaria dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Social, dentre outros);</li> <li>» No âmbito do Poder Executivo Estadual, a autorização para um concurso precisa ser solicitada junto à Secretaria de Planejamento com os relatórios citados no tópico anterior para justificar a necessidade do concurso;</li> <li>» Formação de Comissão Organizadora/Examinadora que possa produzir o projeto básico, definir a banca (licitação para, por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas, a CESPE/CEBRASPE, ou outra), a publicação do edital, além de etapas burocráticas como inscrições, acompanhamento de provas, dentre outros trâmites.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Fortalecimento do corpo técnico dos centros socioeducativos</li> <li>» Aumento do contingente de socioeducadores</li> <li>» Maior eficácia das iniciativas dentro dos centros socioeducativos</li> <li>» Melhor acompanhamento dos socioeducandos, devido à redução do número de socioeducandos por socioeducador</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF</li> <li>» Câmara Municipal</li> <li>» Vara de Infância e Juventude</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Centros socioeducativos</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC (cursos de Direito, Ciências Sociais e Psicologia)</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> <li>» Secretaria dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Social</li> <li>» Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão – SEPLAG</li> </ul>

Aprimoramento do projeto político-pedagógico nos centros socioeducativos		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Construir um projeto político-pedagógico exequível dadas as limitações dos Centros Socioeducativos, demandando criatividade na solução da escassez de recursos.</li> <li>» Financiamento para as modificações práticas do projeto político-pedagógico</li> <li>» Articulação com a Academia para promover o aprimoramento teoricamente embasado, com o auxílio dos cursos de Pedagogia e Psicologia.</li> <li>» Documento denominado Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) apresenta diagnósticos e diretrizes norteadoras no processo de aprimoramento do projeto político-pedagógico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Abrangência de aspectos de inclusão social e ressocializatórios que são negligenciados</li> <li>» Potencialização de habilidades pró-sociais não agressivas</li> <li>» Minimização de comportamentos agressivos e delitivos</li> <li>» Melhoria do desempenho escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Vara de Infância e Juventude</li> <li>» Secretaria de Educação – SEDUC</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Centros socioeducativos</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC (cursos de Pedagogia e Psicologia)</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> </ul>

Mapeamento das demandas de recursos humanos para o sistema socioeducativo		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Alcance adequado aos atores envolvidos na questão dos recursos humanos, permitindo um aprofundamento na coleta e sistematização dos dados em todos os centros socioeducativos de privação de liberdade, semi-liberdade ou envolvidos no cumprimento de outras medidas socioeducativas.</li> <li>» Documento denominado Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) apresenta algumas demandas específicas de recursos humanos que podem nortear o processo de aprimoramento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Diagnóstico atualizado e continuado dos recursos humanos do sistema socioeducativo</li> <li>» Levantamento de informações que possibilitem a construção de soluções estratégicas</li> <li>» Averiguação de iniciativas ineficazes devido aos déficits de recursos humanos para atendê-las.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Centros socioeducativos</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC (cursos de Direito, Ciências Sociais e Psicologia)</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo</li> <li>» Secretaria dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Social</li> </ul>



Promoção da articulação das políticas e serviços responsáveis pelo acolhimento do jovem		
Diretrizes		
Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Financiamento para a ampliação e para o fortalecimento dos projetos existentes de acolhimento e acompanhamento dos internos e egressos do sistema socioeducativo</li> <li>» Alto contingente de internos e egressos do sistema socioeducativo que necessitam do processo de inclusão social e ressocialização</li> <li>» Déficit de qualificação dos socioeducandos, dificultando o atendimento desses jovens por programas de acolhimento, de inclusão e ressocialização, que necessitam de certos níveis de escolarização ou bom desempenho escolar.</li> <li>» Estigmatização e exclusão dos jovens em conflito com a lei.</li> <li>» Campo de estágio propício para cursos de Pedagogia, de Psicologia e de Serviço Social, permitindo o desenvolvimento de futuros profissionais por meio de projetos de acolhimento inclusivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Fortalecimento e ampliação dos projetos existentes de acolhimento e acompanhamento dos internos e egressos do sistema socioeducativo</li> <li>» Redução dos níveis de reincidência delitiva por meio da inclusão e da ressocialização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE</li> <li>» Defensoria Pública</li> <li>» Projetos de Ressocialização vinculado ao Governo do Estado</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC</li> <li>» Universidade Estadual do Ceará – UECE</li> </ul>

**Ampliação de atividades de formação e de inserção no mercado de trabalho para pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Déficit da qualificação e do desempenho escolar dos jovens do sistema socioeducativo</li> <li>» Estigmatização e exclusão dos jovens em conflito com a lei.</li> <li>» Diminuição dos gastos de contratação de estagiários pelas empresas</li> <li>» Campo de estágio propício para cursos de Pedagogia, de Psicologia, de Serviço Social, Administração e Economia, permitindo o desenvolvimento tanto de futuros profissionais qualificados quanto de projetos ressocializatórios com cunho empreendedor e inovador, contribuindo para facilitar a inserção dos socioeducandos no mercado de trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Inclusão social de jovens em conflitos com a lei, por meio do emprego e do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho</li> <li>» Diminuição da reincidência delitiva juvenil e adulta</li> <li>» Desenvolvimento socioeconômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Tribunal Regional do Trabalho – TRT</li> <li>» Ministério Público do Trabalho</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Defensoria Pública</li> <li>» Empresas (médio e grande porte)</li> <li>» Vara da Infância e Juventude</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC (Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Economia, Administração).</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> </ul>

## Ampliação dos investimentos em capacitação aos funcionários do sistema socioeducativo

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Diferentes demandas de capacitação dependendo do centro socioeducativo em que os servidores estão alocados. Torna-se necessário um levantamento de necessidades, de déficits e de demandas mais recorrentes nos centros para que as capacitações possam solucionar falhas técnicas e potencializar pontos positivos.</li> <li>» Financiamento adequado para a execução das capacitações, de forma continuada, durante um certo período, para que sejam efetivas e promovam um impacto contundente nas atividades dos servidores.</li> <li>» Campo propício para a articulação com a academia em projetos de Extensão de cursos de Pedagogia, de Psicologia e de Serviço Social, visando a construção coletiva e a execução de capacitações para os familiares dos socioeducandos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Minimização das problemáticas envolvendo a ineficiência de certas iniciativas devido à falta de qualificação dos funcionários.</li> <li>» Maior eficiência de iniciativas vinculadas à inclusão social, à ressocialização e à promoção de comportamentos pró-sociais;</li> <li>» Diminuição, mesmo que indireta, da reincidência de comportamentos delitivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Vara de Infância e Juventude</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Centros Socioeducativos</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC (cursos de Pedagogia, Direito, Serviço Social e Psicologia)</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> <li>» Defensoria Pública</li> </ul>

**Ampliação do quadro técnico específico para o atendimento aos familiares dos socioeducandos**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Realização de um levantamento dos principais aspectos a serem abordados precisam ser abordados durante o acolhimento dos familiares para que seja um processo eficiente e de acolhimento.</li> <li>» Alinhamento individualizado das demandas e problemáticas dos socioeducandos com o que será trabalhado com seus familiares.</li> <li>» Campo propício para a articulação com a academia em Estágios e projetos de Extensão de cursos de Pedagogia, de Psicologia e de Serviço Social, visando o atendimento dos familiares dos socioeducandos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Minimização das problemáticas envolvendo a ineficiência de certas iniciativas devido à falta de contexto familiar adequado e propício à ressocialização.</li> <li>» Maior eficiência de iniciativas vinculadas à ressocialização, devido a um contexto familiar favorável à promoção de comportamentos pró-sociais no jovem em conflito com a lei;</li> <li>» Diminuição, mesmo que indireta, da reincidência de comportamentos delitivos devido ao engajamento familiar no processo de ressocialização do socioeducando.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Centros Socioeducativos</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC (cursos de Pedagogia, Serviço Social e Psicologia)</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo - SEAS</li> <li>» Defensoria Pública / Rede Acolhe</li> </ul>

## Apoio e capacitação dos profissionais alocados nos municípios para implementação e fortalecimento dos serviços de medida socioeducativa em meio aberto em todos os municípios

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Diferentes demandas devido à dificuldade do acompanhamento mais próximo no momento do cumprimento de medidas em meio aberto. Torna-se necessário um levantamento de necessidades, de déficits e de demandas mais recorrentes nessa forma de medida socioeducativa para que as capacitações possam solucionar déficits e potencializar pontos positivos.</li> <li>» Financiamento adequado para a execução das capacitações de forma continuada, durante um certo período, para que sejam efetivas e promovam um impacto contundente nas demandas da medida socioeducativa em meio aberto.</li> <li>» Campo propício para a articulação com a academia em projetos de extensão de cursos de Pedagogia, de Psicologia e de Serviço Social, visando a construção coletiva e a execução de capacitações para os profissionais alocados nos municípios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Minimização das problemáticas envolvendo a ineficiência de certas iniciativas devido à falta de qualificação dos funcionários.</li> <li>» Maior eficiência de iniciativas vinculadas à inclusão social, à ressocialização e à promoção de comportamentos pró-sociais;</li> <li>» Diminuição, mesmo que indireta, da reincidência de comportamentos delitivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Vara de Infância e Juventude</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Centros Socioeducativos</li> <li>» Universidade Federal do Ceará – UFC (cursos de Pedagogia, Direito, Serviço Social e Psicologia)</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> <li>» Defensoria Pública</li> </ul>

**Capacitação dos educadores da rede estadual e municipal para atendimento no processo de recuperação e ressocialização do adolescente**

**Diretrizes**

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Diferentes demandas de capacitação, tornando-se necessário um levantamento de necessidades, de déficits e de demandas mais recorrentes dos adolescentes em processo de ressocialização para direcionar a construção das capacitações, a fim de solucionar déficits e potencializar pontos positivos.</li> <li>» Financiamento adequado para a execução das capacitações de forma continuada, durante um certo período, para que elas sejam efetivas e promovam um impacto contundente nas necessidades dos adolescentes em processo de ressocialização.</li> <li>» Campo propício para a articulação com a academia em projetos de Extensão de cursos de Pedagogia, de Psicologia e de Serviço Social, visando a construção coletiva com os educadores envolvidos e a execução de capacitações efetivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Minimização das problemáticas envolvendo a ineficiência de certas iniciativas devido à falta de um contexto escolar adequado e favorável à ressocialização.</li> <li>» Maior eficiência de iniciativas vinculadas à ressocialização, devido a um contexto escolar propício à promoção de comportamentos pró-sociais no jovem em conflito com a lei;</li> <li>» Diminuição, mesmo que indireta, da reincidência de comportamentos delitivos devido ao engajamento dos educadores no processo de ressocialização do adolescente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Vara de Infância e Juventude</li> <li>» Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC</li> <li>» Secretaria Municipal de Educação – SME</li> <li>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</li> <li>» Universidade Federal do Ceará - UFC</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> <li>» Sistema S</li> </ul>

## Qualificação dos profissionais para o atendimento integrado da família com os jovens atendidos no sistema socioeducativo

### Diretrizes

Desafio/Oportunidade	O que se pretende alcançar	Principais Atores envolvidos
<p>» A maioria das relações familiares dos adolescentes do sistema socioeducativo tendem a ser conflituosas. Logo, um atendimento integrado, sem prévio planejamento individualizado, pode contribuir para um agravamento no conflito. Assim, torna-se necessário a realização de um levantamento dos principais aspectos que precisam ser abordados durante o processo de atendimento integrado.</p> <p>» Campo propício para a articulação com a academia em estágios e projetos de Extensão de cursos de Pedagogia, de Psicologia e de Serviço Social visando o atendimento integrado dos familiares e dos socioeducandos.</p>	<p>» Minimização das problemáticas envolvendo a ineficiência de certas iniciativas devido à falta de um contexto familiar adequado e saudável à ressocialização.</p> <p>» Maior eficiência de iniciativas vinculadas à ressocialização, devido a um contexto familiar propício à promoção de comportamentos pró-sociais no jovem em conflito com a lei e uma prática integrada entre família e adolescente, com ênfase no suporte social no processo de ressocialização.</p> <p>» Diminuição, mesmo que indireta, da reincidência de comportamentos delitivos devido ao engajamento familiar no processo de ressocialização junto com o socioeducando.</p>	<p>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</p> <p>» Centros Socioeducativos</p> <p>» Universidade Federal do Ceará – UFC (cursos de Pedagogia, Serviço Social e Psicologia)</p> <p>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</p> <p>» Defensoria Pública/Rede Acolhe</p>

**Aplicação de investimentos e estabelecimento de metas para as atividades de reintegração social para jovens do sistema socioeducativo**

**Diretrizes**

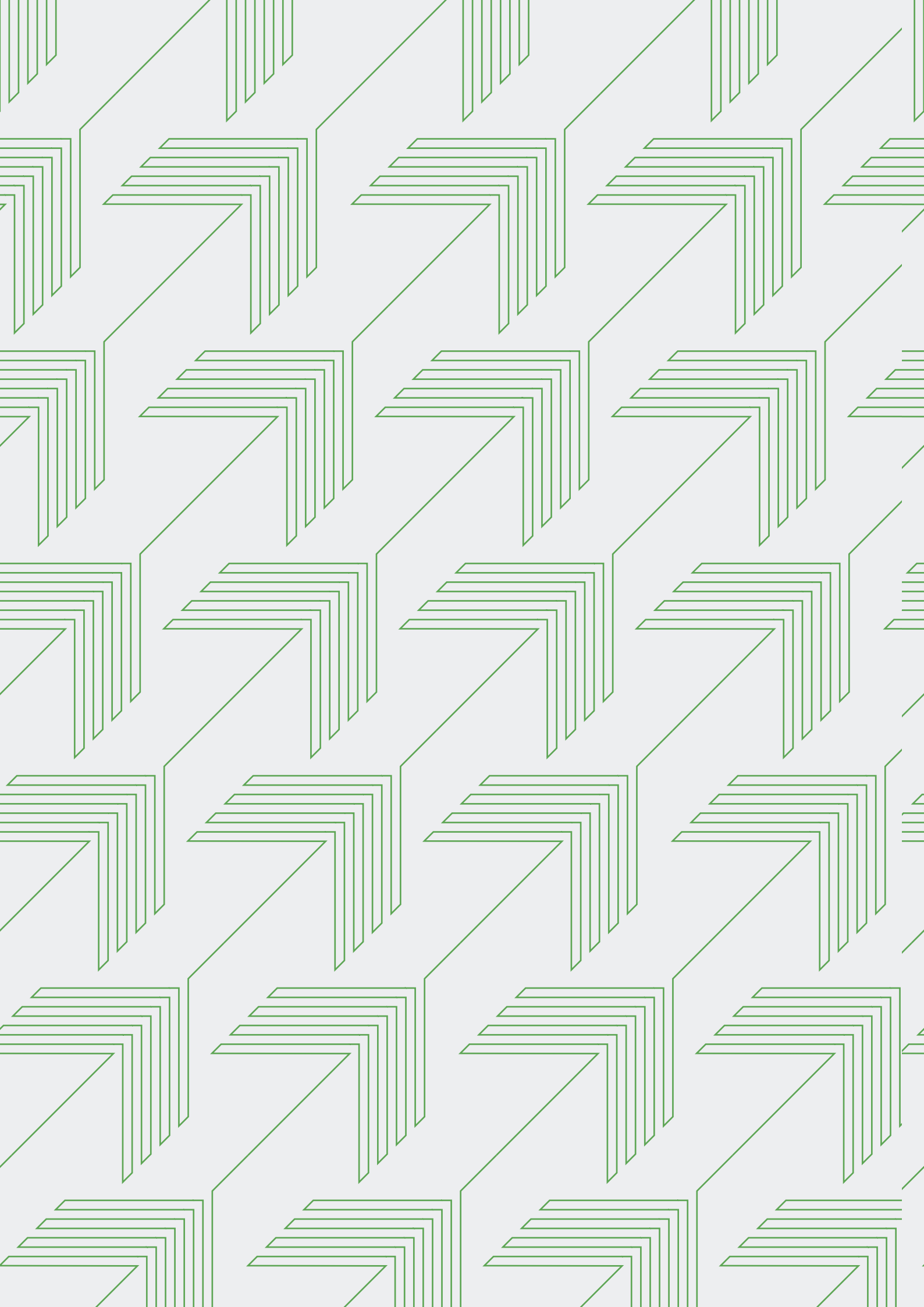
<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<p>» Documento denominado Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) apresenta diagnósticos e diretrizes norteadoras que poderão contribuir para o estabelecimento de metas e para direcionar os investimentos.</p> <p>» Levantamento das principais demandas e de um panorama geral das atividades de reintegração social, a fim de construir indicadores coerentes com as atividades desempenhadas, permitindo o acompanhamento a longo prazo.</p>	<p>» Construção de indicadores que permitam transparência no acompanhamento dos processos de reintegração social dos jovens do sistema socioeducativo.</p> <p>» Correção de iniciativas que se apresentam ineficientes com base nos indicadores.</p> <p>» Construção de metas estratégicas que potencializem os investimentos e a reintegração social.</p>	<p>» Vara da Infância e da Juventude</p> <p>» Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS</p> <p>» Centros Socioeducativos</p> <p>» Universidade Federal do Ceará – UFC (cursos de Pedagogia, Direito, Serviço Social e Psicologia)</p> <p>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</p> <p>» Defensoria Pública</p>

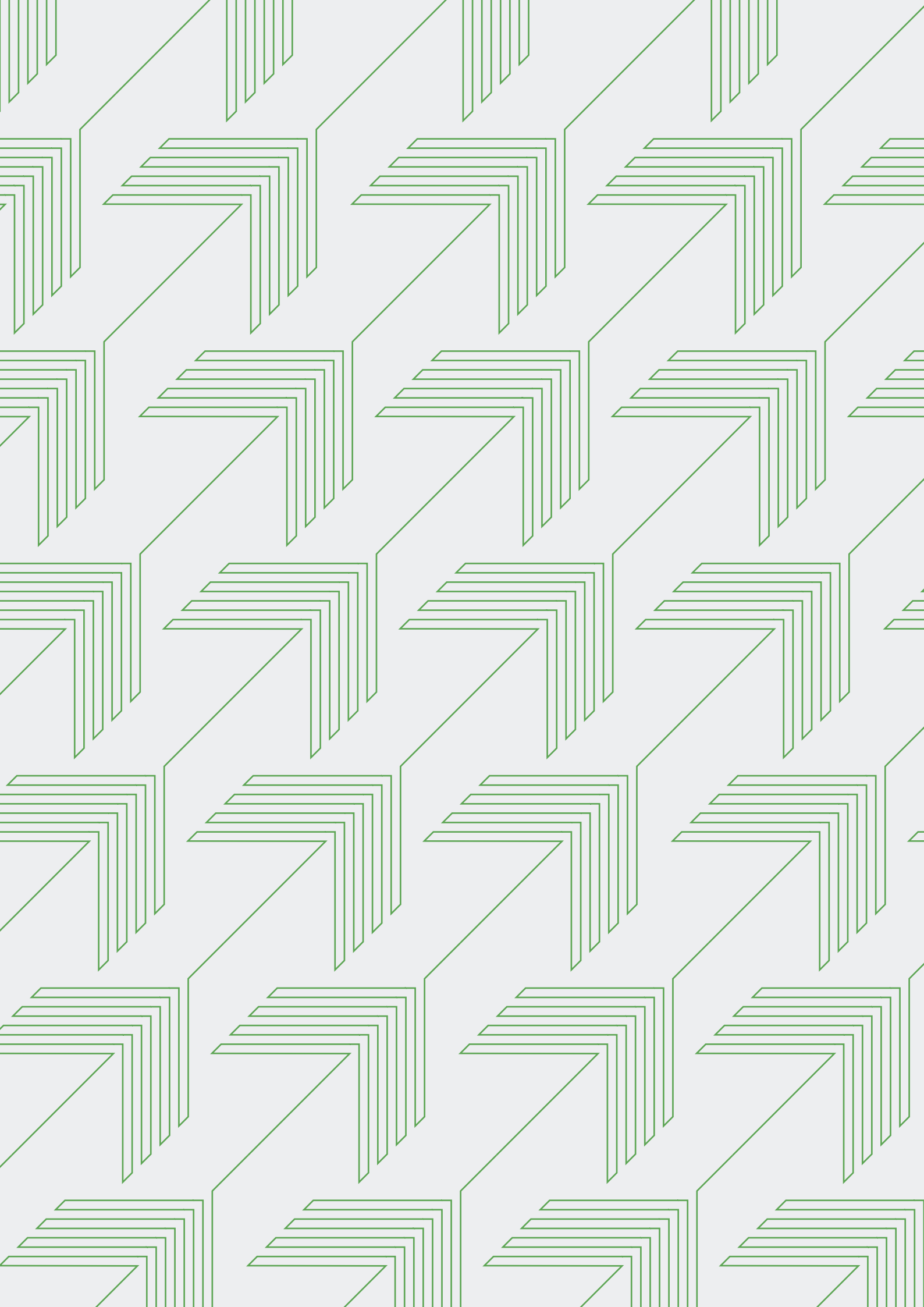


## Ampliação de oportunidades e vagas da lei da aprendizagem para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e/ou em vulnerabilidade a homicídios

### Diretrizes

<b>Desafio/Oportunidade</b>	<b>O que se pretende alcançar</b>	<b>Principais Atores envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Déficit da qualificação dos jovens do sistema socioeducativo</li> <li>» Estigmatização dos socioeducandos</li> <li>» Diminuição dos gastos de contratação de estágio pelas empresas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Inclusão social de jovens em conflitos com a lei, por meio do emprego e do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho</li> <li>» Diminuição da reincidência delitiva juvenil e adulta</li> <li>» Desenvolvimento socioeconômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Tribunal Regional do Trabalho – TRT</li> <li>» Ministério Público do Trabalho</li> <li>» Sistema S</li> <li>» Ministério Público e Defensoria pública</li> <li>» Empresas (médio e grande porte)</li> <li>» Vara da Infância e Juventude</li> <li>» Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS</li> </ul>





REALIZAÇÃO:



APOIO

